

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR

MARCIO ALEXANDRE FACINI

**A EXPERIÊNCIA DOS CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO:
UMA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

**CURITIBA
2009**

MARCIO ALEXANDRE FACINI

**A EXPERIÊNCIA DOS CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO:
UMA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali

**CURITIBA
2009**

Nesta página, deve constar, de acordo com as normas técnicas, a ficha catalográfica do trabalho. Essa ficha deve ser elaborada por bibliotecário(a).

TERMO DE APROVAÇÃO

MARCIO ALEXANDRE FACINI

A EXPERIÊNCIA DOS CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO: UMA AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Setor de Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Huáscar Fialho Pessali
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Fábio Scatolin
Departamento de Economia, UFPR

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
UTFPR

Curitiba, 15 de Junho de 2009.

Aos que amo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo e para sempre.

À Coordenação do Mestrado Interinstitucional (Minter), Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), nas pessoas dos professores Janete Lopes e Maurício Serra, pela condução esmerada do Programa.

A todos os professores do Programa com os quais tivemos contato, pelo conhecimento transmitido e pela vivência proporcionada.

Em especial, ao professor Huáscar Fialho Pessali, meu orientador nesta dissertação, pela atenção, pelo zelo, pela correção e pelo apoio.

À Reitoria da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e à Direção do Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA/G, dessa instituição, na pessoa do professor Luis Fernando de Lima, que atuaram diretamente para nossa participação neste programa de Mestrado.

À professora Luci Nychai, pela colaboração decisiva na consecução deste trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente aqueles de Guarapuava, pela alegria e pela solidariedade, com destaque para Ademir, Anderson, Arildo, Duda, Edenílson, Kelly, Marcelo, Ribas, Rogê e Salache, companheiros de tantas horas de viagem e de outras tantas de estudo.

Aos colegas professores do Departamento de Administração da Unicentro, pelo apoio e pela compreensão.

À minha namorada e futura esposa, Kety, por ser um anjo em minha vida.

A meu pai Antonio e à minha mãe Maria, pela percepção do “*estude meu filho...*” e pela execução das ações dele decorrentes que me trouxeram até aqui.

Se clamares por conhecimento, e por inteligência alçares a tua voz,
Se como a prata a buscares e como a tesouros escondidos a procurares,
Então entenderás o temor do SENHOR, e acharás o conhecimento de Deus.
Porque o SENHOR dá a sabedoria;
da sua boca é que vem o conhecimento e o entendimento.
Ele reserva a verdadeira sabedoria para os retos.
Escudo é para os que caminham na sinceridade,
Para que guardem as veredas do juízo.
Ele preservará o caminho dos seus santos.
Pois quando a sabedoria entrar no teu coração,
e o conhecimento for agradável à tua alma,
O bom siso te guardará e a inteligência te conservará.

Provérbios 2, 3-11.

RESUMO

Embora não haja consenso acerca da capacidade de garantir desenvolvimento econômico a partir do fortalecimento e da expansão educacional, um ponto de concordância está no fato de que, se a educação sozinha não garante o desenvolvimento socioeconômico, sem ela, tal desenvolvimento fica seriamente comprometido, se não impossibilitado. Este trabalho foi elaborado com o intuito de contribuir para com tais discussões e teve como objeto de estudo o projeto de expansão do Ensino Superior desenvolvido pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), denominado “Campus Avançado”, e implementado na região de abrangência da universidade por meio de parcerias com prefeituras municipais do Estado do Paraná. Nesta pesquisa, investigou-se se os investimentos públicos no Ensino Superior, efetivados por meio dos campi avançados da Unicentro, se converteram em melhoria dos rendimentos da população egressa dos cursos oferecidos. A metodologia que orientou a pesquisa concatenou a aplicação do Modelo Minceriano de avaliação de retornos da educação à pesquisa de campo realizada no Campus Avançado do Município de Laranjeiras do Sul e no do Município de Pitanga. As conclusões apontam para a existência de retornos socioeconômicos significativos ocasionados pelo aumento nos anos de estudo da população atendida pelos campi avançados. Isso indica uma resposta positiva à questão principal da dissertação e evidencia a relevância da presença do Ensino Superior nesses municípios, uma vez que tais anos a mais de estudo tendem a se reverter em melhores níveis socioeconômicos dos egressos.

Palavras-chave: Desenvolvimento Socioeconômico. Educação. Ensino Superior. Campus Avançado.

ABSTRACT

Ensuring economic development based only on strengthening educational expansion is not broadly accepted. However a consensual point is that without education economic development would be difficult if not impossible to achieve. This research was carried out in order to contribute to such discussions and is focused on the expansion project called “Advanced Campuses” developed by the Midwest State University of Parana (Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro from now on). The Advanced Campuses were carried through in the scope area of the Unicentro and involved the university and the city governments that took part in the project. In this work it was investigated whether the public funds invested in those Advanced Campuses were turned effectively into benefits to those who have got degrees in the university courses offered by such campuses. This research has applied the Mincer’s Model to evaluate the education returns. The data has been collected in the field study carried out in the Advanced Campuses located in the cities of Laranjeiras do Sul and Pitanga. The outcomes of this work have pointed out the existence of significant socioeconomic returns to the population attended by the Advanced Campuses due to the increasing in the study years. It also indicates a positive reply to the main enquiry of this research. Yet, it gives evidence of the importance of high level education to those cities where the Advanced Campuses were established, for the plus years of education meant improvement in the socioeconomic levels of those who accomplished to receive a university degree.

Keywords: Socioeconomic development. Education. High level education. Education returns. Unicentro Advanced Campuses expansion project.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – RELAÇÃO ENTRE IDADE, OCUPAÇÃO E RENDA.....	36
FIGURA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES E DAS FACULDADES ESTADUAIS NO PARANÁ.....	40
FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DA UNICENTRO.....	41
QUADRO 1 – CURSOS OFERTADOS NA UNICENTRO – POR CAMPUS (2009).....	43
GRÁFICO 2 – PESSOAS QUE FREQUENTAVAM CURSO SUPERIOR EM PITANGA (EM % DA POPULAÇÃO MUNICIPAL) – 1991 E 2000.....	50
GRÁFICO 3 – PORCENTUAL DE PESSOAS QUE FREQUENTAVAM CURSO SUPERIOR EM LARANJEIRAS DO SUL NOS ANOS DE 1991 E 2000.....	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – GASTOS COM EDUCAÇÃO – 1995 A 2005.....	22
TABELA 02 – RANQUEAMENTO DAS PROFISSÕES.....	29
TABELA 03 – ALUNOS MATRICULADOS EM CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO (2009).....	44
TABELA 04 – RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA PARA O CURSO DE PEDAGOGIA – CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA.....	48
TABELA 05 – IFD-M DE PITANGA.....	51
TABELA 06 – RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL.....	52
TABELA 07 – IFD-M DE LARANJEIRAS DO SUL.....	55
TABELA 08 – EGRESSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL.....	56
TABELA 09 – EGRESSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA.....	56
TABELA 10 – CENÁRIO AMOSTRAL.....	58
TABELA 11 – CENÁRIO POPULACIONAL E AMOSTRAL DOS NÃO-INGRESSANTES NOS MUNICÍPIOS DE PITANGA E DE LARANJEIRAS DO SUL.....	58
TABELA 12 – RESULTADOS DO MODELO ECONOMÉTRICO MINCERIANO NÃO-LINEAR.....	66
TABELA 13 – SÍNTESE DA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DESCRITIVA DA PESQUISA DE CAMPO.....	70

TABELA 14 – COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE GÊNERO.....	72
TABELA 15 – COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE ESCOLARIDADE.....	73
TABELA 16 – COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE IDADE.....	73
TABELA 17 – COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE EMPREGABILIDADE.....	74
TABELA 18 – COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE RENDA.....	74
TABELA 19 – COMPARAÇÃO DE PARÂMETROS DIVERSOS.....	75
TABELA 20 – INDICADORES ECONÔMICOS DE PITANGA REFERENTES A 2002-2006.....	76
TABELA 21 – GASTO DO MUNICÍPIO DE PITANGA COM ENSINO SUPERIOR NO CAMPUS AVANÇADO E SUA RELAÇÃO COM O PIB.....	77
TABELA 22 – INDICADORES ECONÔMICOS DE LARANJEIRAS DO SUL REFERENTES A 2002-2006.....	78
TABELA 23 – GASTO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL COM ENSINO SUPERIOR NO CAMPUS AVANÇADO E SUA RELAÇÃO COM O PIB.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	20
2.1 OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	23
2.2 NÚMEROS ATUAIS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	26
2.3 <i>RANKING</i> DE CARREIRAS PROFISSIONAIS.....	28
2.4 EDUCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA.....	31
2.5 RETORNOS DA EDUCAÇÃO.....	34
2.5.1 Mensuração dos Retornos da Educação.....	37
2.5.2 O Modelo Minceriano de Mensuração do Retorno da Educação.....	38
3 CONTEXTOS HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DOS CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO	40
3.1 OS CAMPI AVANÇADOS – CONTEXTO GERAL.....	44
3.2 CAMPI AVANÇADOS: TERMOS DE CONVÊNIO PARA CONSTITUIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO.....	45
3.3 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA.....	48
3.3.1 Perfil Socioeconômico de Pitanga.....	48
3.4 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL.....	51
3.4.1 Perfil Socioeconômico de Laranjeiras do Sul.....	52
4 METODOLOGIA	56
4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) NÃO-INGRESSANTE NO ENSINO SUPERIOR.....	58
4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS JUNTO AOS EGRESSOS.....	59
4.2.1 Fator explicado e fatores explicativos.....	59
4.2.2 Instrumento de coleta de dados primários junto aos não-ingressantes no curso superior.....	61
4.2.3 Modelo Minceriano.....	62
4.2.4 Análises quantitativas complementares.....	63
4.2.4.1 A partir de dados primários.....	63
4.2.4.2 A partir de dados secundários.....	64
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	65
5.1 ANÁLISES DO MODELO MINCERIANO PARA PITANGA E LARANJEIRAS DO SUL.....	65
5.2 ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS COMPLEMENTARES PARA PITANGA E PARA LARANJEIRAS DO SUL.....	70
5.3 ESTUDO SOCIOECONÔMICO DESCRITIVO-COMPARATIVO.....	72
5.4 INVESTIMENTO MUNICIPAL NO ENSINO SUPERIOR.....	76
6 CONCLUSÃO	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXOS	88

1 INTRODUÇÃO

Quanto a educação é capaz de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentado de uma nação, de uma região ou diretamente dos indivíduos tem sido objeto de discussões entre economistas, nas últimas décadas, sem que, no entanto, se tenha chegado a uma resposta conclusiva. Contudo, um ponto de concordância é o de que se a educação sozinha não garante o desenvolvimento socioeconômico, sem ela tal desenvolvimento fica seriamente comprometido, se não impossibilitado.

A partir dessa constatação, diversos programas públicos de desenvolvimento de nações atribuem à educação papel importante como base para o processo de desenvolvimento sustentável. Em alguns casos, os resultados são mais facilmente identificáveis. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante, PNUD) (2008), por exemplo, afirma que o Programa “Bolsa Família”, do Governo Federal brasileiro, é exemplo de incentivo que beneficia a expansão da educação no país. O Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008 (PNUD, 2009) registra que

Cerca de 60% dos jovens pobres de 10 a 15 anos que atualmente estão fora da escola devem se matricular em resposta às exigências do Bolsa Família e de seu antecessor, o Bolsa Escola. A taxa de abandono [nas escolas] diminuiu em cerca de 8%.

Se, no que diz respeito ao Ensino Fundamental, existem registros de avanços significativos, por outro lado, no Ensino Superior as evidências sugerem um cenário de menor progresso. De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003),

Embora o crescimento da oferta de vagas no ensino médio tenha sido resultado de políticas públicas, no ensino superior o crescimento foi devido, basicamente, à iniciativa privada. Segundo o censo escolar de 2001, as vagas oferecidas por instituições privadas já são mais de 80% de todas as vagas no ensino superior.

O mesmo documento do Pnud anuncia que, em 2000, apenas 7% dos brasileiros de 18 a 24 anos de idade estavam matriculados em um curso superior.

Salvo a divergência que o tema suscita, há um entendimento de que educação e desenvolvimento guardam entre si pelo menos grande proximidade e correlação.

Um dos indicadores que evidenciam isso é o do tempo médio de permanência na escola. Enquanto no Brasil esse tempo gira em torno de seis anos, na Coréia do Sul, o tempo médio é de quase 11 anos. Isso pode ser um dos elementos a explicar por que o Produto Interno Bruto (doravante, PIB) per capita desse país seja 127% maior que o brasileiro. Embora o Brasil seja a 12ª economia do mundo, ocupa apenas a 85ª posição quando se trata de PIB per capita (Paula 2005).

Com base nas idéias de expansão do progresso econômico em função da melhoria da oferta de ensino, em 1999, no Estado do Paraná, foi constituída parceria entre os poderes públicos Estadual, por meio da Universidade Estadual do Centro-Oeste (doravante, Unicentro), e municipais – por meio das prefeituras municipais da região de abrangência da Unicentro, objetivando a oferta de cursos superiores nesses municípios. Foram criados, assim, os denominados “campi avançados da Unicentro”, em funcionamento desde então e que geram turmas de egressos diplomados desde o ano de 2003. Atualmente, estão em funcionamento campi avançados nos municípios de Laranjeiras do Sul, Pitanga, Chopinzinho e Coronel Vivida.

Os campi são sustentados pela parceria mencionada acima e envolvem, por sua vez, investimentos diretos em Educação Superior oriundos dos recursos públicos do Estado e municípios envolvidos.

Observando os indicadores socioeconômicos para esses municípios ao longo dos anos posteriores à implantação dos campi avançados, podemos observar que houve avanço e indicação de melhoria nas condições de vida das populações lá residentes.

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (doravante, IFD-M) apurado em Laranjeiras do Sul depois da instalação do Campus Avançado da Unicentro, em 2005, por exemplo, é superior ao apurado anteriormente, em 2000: houve crescimento de 6,43%, e, entre os subindicadores componentes do IFD-M, o que mais cresceu foi o da educação, que apresentou variação positiva de 8,73%. A análise desses indicadores nos permite levantar a hipótese de que a presença do ensino superior público nestes municípios, através dos campi avançados da

Unicentro, foi capaz de melhorar as condições socioeconômicas dos indivíduos egressos de cursos superiores a partir de melhoria na renda destes.

A classificação construída por Blaug (1992, citado por Waltemberg 2006) salienta que uma das linhas de estudo da economia da educação tem caráter mais microeconômico, buscando analisar aspectos específicos dos sistemas educacionais. Waltemberg (2006, p. 119) destaca que:

Entre os temas tratados, incluem-se: análises de custos e benefícios privados e sociais (por nível de ensino, por tipo de currículo, por tipo de técnica pedagógica, por tipo de ensino – privado ou público – etc.), análises de eficiência na alocação de recursos, comparação entre modos de regulação e financiamento, definição de objetivos escolares e pós-escolares de sistemas educativos, avaliação de atingimento desses objetivos (em termos de eficácia e equidade, sobretudo) etc.

É com base no arcabouço dessa linha que o presente estudo se desenvolve, principalmente, por meio do Modelo Minceriano de avaliação dos retornos de educação.

A partir dessas considerações, determinou-se como objetivo geral da pesquisa aqui apresentada investigar se os investimentos públicos em ensino superior nos campi avançados da Unicentro se converteram em melhoria nos rendimentos dos indivíduos egressos dos cursos ofertados nesses campi.

A partir deste, foram elencados como objetivos específicos aqueles listados a seguir:

- A: Encontrar literatura específica sobre avaliação dos impactos do ensino superior na renda de egressos de tais cursos.
- B: Levantar dados da renda dos egressos dos campi avançados da Unicentro antes e depois da conclusão do curso.
- C: Determinar se houve variação da renda dos indivíduos a partir do curso superior.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos centrais. Dessa forma, o Capítulo 2 deste trabalho apresenta a revisão da literatura pertinente ao tema em foco e fundamenta a discussão sobre os retornos da educação, especialmente do Ensino Superior, além de estabelecer as bases sobre as quais se deu a organização do método de investigação utilizado. Assim temos neste trecho da dissertação uma discussão de natureza conceitual com o intuito de fornecer um quadro resumido do

desenvolvimento da educação no Brasil, especialmente a de nível superior, bem como, ainda, das alternativas para instrumentalizar a avaliação do retorno dos investimentos em educação em termos de sua capacidade de gerar melhoria nos indicadores socioeconômicos dos públicos que têm acesso ao ensino formal.

No Capítulo 3 são apresentados dados sobre a Unicentro, e, também, o histórico da criação e do funcionamento da modalidade de extensão universitária denominada campus avançado, foco desta pesquisa. Dados socioeconômicos a respeito dos municípios-sede do projeto, a saber, Laranjeiras do Sul e Pitanga, complementam esse trecho do trabalho.

Ao longo do quarto capítulo, consta uma descrição do processo metodológico que orientou a elaboração e a aplicação dos instrumentos de coleta de dados primários utilizados nesta pesquisa e por meio dos quais alcançamos os resultados que subsidiaram a discussão sobre o impacto socioeconômico evidenciado pelos indicadores socioeconômicos dos egressos dos cursos ofertados pela Unicentro nos municípios acima mencionados.

Os resultados alcançados por meio de análises estatísticas, apresentadas no Capítulo 5 desta dissertação, expõem a realidade identificada no público egresso dos cursos superiores oferecidos nos municípios do espaço geoeconômico tomado como amostra, principalmente no tocante à variável renda. Este capítulo oferece ao leitor as discussões e as análises dos dados coletados, traçando uma interpretação dos resultados obtidos com a pesquisa primária, com base no modelo minceriano. Comparou-se, também, de modo complementar e descritivo, os indicadores obtidos neste trabalho sobre as condições socioeconômicas dos indivíduos egressos dos cursos superiores ofertados pela Unicentro com aqueles que apresentam as condições socioeconômicas evidenciadas na amostra de não-portadores de diploma de Ensino Superior.

O levantamento de dados sobre a renda dos egressos dos campi avançados da Unicentro, antes e depois da conclusão do curso, bem como sobre a renda de não-portadores de curso superior permitiu uma comparação com os indicadores de investimentos dos municípios, coletados na pesquisa de campo. Destaque-se, ainda, a tarefa empreendida de procurar determinar o montante aproximado de investimentos das prefeituras parceiras da Unicentro nos campi avançados, o que permitiu a comparação entre tais investimentos e os impactos verificados na renda dos indivíduos egressos dos cursos – resultados esses apresentados no Capítulo 5.

Finalmente, o mapeamento e a avaliação dos indicadores socioeconômicos dos municípios atendidos pelos campi avançados da Unicentro antes da inserção dos cursos e, ainda, a comparação de tais dados com seus valores atuais verificou a existência de uma relação entre os investimentos nos campi avançados e os indicadores socioeconômicos dos municípios onde funciona o projeto.

A conclusão, além da consolidação das discussões envolvendo os objetivos da pesquisa, apresenta comentários de ordem prescritiva que poderão ser úteis aos governos municipais da região e à própria Unicentro para avaliação das ações já realizadas, bem como para discussão de novas políticas e de novas formas de expansão do Ensino Superior.

Acredita-se que a pesquisa aqui apresentada poderá contribuir com as discussões acerca dos impactos da elevação do nível educacional na renda dos indivíduos, gerando assim mais subsídios para tais discussões, especialmente considerando que o universo de análise utilizado configura-se por municípios de pequeno porte, onde geralmente não são desenvolvidas pesquisas como essa, não tendo sido encontrada na literatura exemplos de aplicação do Modelo Minceriano a casos como esse.

2 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O Brasil apresenta indicadores que evidenciam significativas desigualdades sociais e econômicas. Os resultados apurados em índices como o de Desenvolvimento Humano (IDH) ou o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM), ambos utilizados ao longo deste trabalho sinalizam, a distância existente entre condições razoáveis ou desejáveis, e as reais condições de nosso patamar de desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a educação – entendida aqui como a qualificação das pessoas para a vida em sociedade e, em especial, para a ação em busca da melhoria das condições de sobrevivência, pode se constituir em fator de promoção do desenvolvimento econômico. Alves (1988, p.419), por sua vez, reforça essa observação ao lembrar que, apesar das dificuldades inerentes ao processo de valoração do custo-benefício advindo dos investimentos em educação, a relação entre essas variáveis é muito provável. “(...) parece difícil rejeitar a proposição de que uma força de trabalho qualificada representa condição necessária para o crescimento econômico auto-sustentado”, salienta.

Essa afirmação é válida especialmente pela observação de duas características relevantes da educação em relação ao desenvolvimento econômico.

Primeiro, observa-se estatisticamente que as diferenças educacionais aparecem como a principal causa das desigualdades sociais no Brasil – maior do que fatores que também podem ser considerados determinantes, a saber, residência, sexo e cor da pele. Cabe salientar, como Vieira, Albert e Bagolin (2008, p.34), “que as diferenças educacionais são as que apresentam maior poder explicativo, sendo determinante da renda familiar per capita do brasileiro.”

Segundo, os investimentos em educação são altamente produtivos e os países, as regiões ou os grupos sociais que investem em educação são os que mais aumentam sua produtividade e os que mais conseguem atrair e fixar investimentos em benefício de suas regiões e de sua população. Isso pode ser exemplificado pela tendência das empresas de instalarem-se em locais onde se possa usufruir de mão-de-obra qualificada ou de fácil qualificação.

Muitos fatores já foram apontados pela teoria econômica como fundamentais para estabelecer o desenvolvimento, entre eles a terra, depois, os recursos naturais,

os poderes econômico e militar, as tecnologias e o capital físico. A eles Schwartzman (1996) acrescenta a necessidade de se ter uma população competente e educada.

Muitas das dificuldades enfrentadas pelo setor educacional no Brasil – especialmente nos níveis de ensino infantil, médio e fundamental, resultam dos baixos investimentos feitos em educação e compreendem situações como salas de aulas lotadas, professores mal treinados e desestimulados pela baixa remuneração ou, ainda, salas de aula improvisadas em locais que não oferecem nem de longe quaisquer condições de ensino ou de aprendizagem, para citar algumas (SCHWARTZMAN, 1996).

Entretanto, a relação causal apontada acima pode ser contestada. Barros e Mendonça, por exemplo, sugerem (1997, p.1) que “apesar da crença de que existe um sistemático subinvestimento em educação no Brasil, poucas têm sido as tentativas de se avaliarem de forma abrangente os impactos da educação no país.”

No Brasil, o aparato legal, ao qual compete o direcionamento das políticas de educação, tem como principal instrumento norteador a Constituição Federal (doravante, CF) de 1988, suas emendas e leis complementares – como a “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”, de 20 de dezembro de 1996, e, ainda, o conjunto de normas, decretos e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE). A CF determina que a União é responsável pelo Ensino Superior e Técnico, por direcionar recursos e condições para os entes federados e pela fiscalização da aplicação dos recursos, devendo, ainda, investir no mínimo 18% do arrecadado em impostos. Aos estados, cabe a função de atuar nos ensinos Fundamental e Médio, devendo oferecer ensino superior somente se já cumprir as determinações legais no tocante aos níveis de ensino mencionados acima, e, ainda, direcionar um mínimo de 25% do valor arrecadado com impostos para a educação. Já os municípios devem ofertar o ensino infantil e fundamental, de acordo com o estabelecido nas leis do estado ao qual estejam vinculados, sem ferir os preceitos constitucionais. Assim como os estados, os municípios têm a obrigação de destinar no mínimo 25% da arrecadação de seus impostos para a educação (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Em 1996, o Governo Federal criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef, daqui por diante), na tentativa de padronizar os gastos com educação no Brasil,

determinando um valor gasto por aluno, e de remunerar melhor os professores, além de, também, ter controle maior sobre as políticas públicas educacionais. Por meio desse mecanismo, os recursos são repassados aos estados e aos municípios, que teriam a obrigação de administrá-los, juntamente com os recursos de suas respectivas obrigações.

O Fundef teve vigência até 2007, quando, então, foi substituído por outro mecanismo semelhante, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (doravante, Fundeb), com duração prevista pelo Ministério da Educação de 14 anos. Uma das principais características do Fundeb, presente também no antigo Fundef, é a de garantir um gasto mínimo por aluno. Porém, se for observado que em função das desigualdades regionais, ou por falta de recursos, algum ente da Federação não consegue atingir o mínimo de recursos exigido por aluno, a União fica obrigada a compor esse montante, fazendo os ajustes necessários para tal.

Em valores monetários, de acordo com dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC, daqui para adiante), apresentados na Tabela 01, abaixo, entre 1995 e 2005, os gastos do setor público com educação saltaram de R\$ 61,3 bilhões para R\$ 86,9 bilhões, apresentando um aumento de 41,6% nesse período. No caso da União, houve variação de 13,7%, em 1995 – a quantia gasta foi de R\$ 14,6 bilhões, e, em 2005, de R\$ 16,6 bilhões.

Em relação aos estados federados, juntos gastaram, em 1995, R\$ 29,6 bilhões e, em 2005, aumentaram em 23,2% os gastos, atingindo a cifra de R\$ 36,5 bilhões. Contudo, o maior aumento de gasto com a educação, nesse mesmo período, ficou por conta dos municípios, que quase dobraram seus gastos, aumentando em 97,34% suas aplicações na educação, atingindo, em 1995, o valor de R\$ 17,14 bilhões, e, em 2005, o de R\$ 33,83 bilhões (MEC, 2009).

TABELA 01 - GASTOS COM EDUCAÇÃO - 1995 A 2005

Período	Setor Público Geral (bilhões de reais)	União	Estados	Municípios
Gastos				
1995	61,37	14,60	29,60	17,14
2005	86,95	16,60	36,50	33,83
Evolução em %	41,67	13,76	23,20	97,34

FONTE: O autor, com base nos dados do MEC (2009)

Esses números indicam tendência à descentralização do ensino, que até então já vinha ocorrendo e se aprofundou nos últimos 15 anos, e a prioridade de gastos com o ensino fundamental, uma vez que registram o crescimento da destinação de recursos aos municípios em proporção maior do que aquela verificada junto à União e aos estados. De acordo com o MEC (2009), dos gastos públicos do setor, em 2005 foram direcionados 58,9% para o Ensino Fundamental, 17,2% para o Ensino Superior, 10,5% para o Ensino Médio e Profissionalizante, 7,1% para as crianças de zero a 6 anos e 6,2% foram direcionados para outros tipos de ensino.

Uma das causas para os baixos investimentos da União pode ter sido a aprovação, no Congresso Nacional, da Desvinculação de Receitas da União (DRU)¹, mecanismo que diminuiu em 20% os recursos vinculados, caso dos destinados à educação, e transfere-os para estados e municípios.

2.1 OS PROBLEMAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

De acordo com Schwartzman (1996), no Brasil, existe consenso de que a Educação Superior tem inúmeros problemas, mas o mesmo consenso não existe acerca de quais deveriam ser as políticas efetivamente adotadas a fim de saná-los.

Dentre os principais problemas apontados, encontram-se:

- a) Qualidade de ensino. A partir de critérios determinados pelo MEC, existem ótimas instituições de ensino e ótimos cursos de graduação e de pós-graduação, mas a maioria das instituições e dos cursos é de péssima qualidade. O mercado de trabalho acaba recebendo, assim, “ex-universitários”, agora “profissionais” mal formados e de competência duvidosa;

¹ Em 1994, o Poder Executivo propôs ao Congresso Nacional um projeto de emenda à Constituição que autorizaria a desvinculação de 20% de todos os impostos e contribuições federais que formariam uma fonte de recursos livre de carimbos. Foi criado, assim, o Fundo Social de Emergência, posteriormente denominado Fundo de Estabilização Fiscal, que vigorou até 31 de dezembro de 1999. A partir do ano de 2000, o Fundo foi reformulado e passou a se chamar Desvinculação de Recursos da União (doravante, DRU). A DRU objetiva dar maior flexibilidade à alocação dos recursos públicos e não significa elevação das receitas disponíveis para o Governo Federal. Além disso, não afeta as transferências constitucionais para estados e municípios, cuja principal fonte de receita é o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR), uma vez que a desvinculação é feita após os cálculos das transferências.

- b) Conteúdos. Há inúmeros alunos frequentando cursos com conteúdos inadequados para o próprio mercado de trabalho e, também, para os interesses vocacionais da região de funcionamento da instituição. Desse modo, são formados profissionais e técnicos que não atendem às demandas de mercado e às necessidades do próprio país;
- c) Subemprego. Em função do grande número de cursos de má-qualidade, várias especialidades nos mercados de trabalho recebem uma grande quantidade de profissionais, muito além do que realmente necessita. Por conta disso, o mercado está saturado e os profissionais oriundos de cursos bons ou medianos são obrigados a submeter-se a empregos inferiores e não-condizentes com suas respectivas formações;
- d) Custos. Para o Governo, as universidades públicas são muito caras e as universidades privadas o são para os estudantes;
- e) Equidade. O sistema de vestibulares das instituições públicas exclui alunos oriundos do sistema público de ensino – pertencentes às camadas sociais mais baixas que, via de regra, não têm acesso a ensino melhor qualificador, e, com isso, privilegia os alunos egressos de escolas particulares e de cursinhos especificamente preparatórios para os vestibulares. Assim, a maioria dos alunos vindos do setor público é obrigada a frequentar as instituições privadas, arcando, em muitos casos, com um ensino de qualidade duvidosa e com o alto custo de mensalidades; e
- f) Concentração de recursos. O Governo Federal concentra recursos destinados à Educação Superior nas regiões do Centro e do Sul do Brasil, principalmente, em detrimento de regiões mais pobres, especialmente do Nordeste brasileiro.

As propostas mais simplificadas para a solução desses e de outros problemas, normalmente, referem-se a: 1) maiores investimentos federais na Educação Superior; 2) distribuição equitativa dos recursos, levando em consideração as características de cada região; 3) maior controle e maior acompanhamento do Estado – tanto nas instituições públicas, quanto nas instituições privadas, principalmente no tocante à qualidade de ensino e à instalação de novos cursos; 4) criação de novas instituições de ensino por parte do Governo, levando em conta as vocações e as necessidades de mão-de-obra qualificada

locais; 5) maior apoio aos programas de pesquisa das instituições, o que inclui a qualificação de professores em cursos de pós-graduação; e, finalmente, 6) ênfase na formação de técnicos e de especialistas em conformidade com as demandas do mercado de trabalho (SCHWARTZMAN, 1996).

Segundo o MEC (2009), todos os problemas elencados acima já foram ou estão em processo de resolução, de acordo com as possibilidades orçamentárias e com a capacidade administrativa tanto do Governo Federal quanto dos governos estaduais, que também ofertam o Ensino Superior.

No sentido de buscar uma nova perspectiva para o Ensino Superior no Brasil, em 1985 diversas propostas foram apresentadas pela Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAES, daqui em diante), visando à adequação do setor às necessidades regionais – com as limitações de aplicação previsíveis em se tratando de ensino em massa. As principais proposições do documento elaborado pela CNAES privilegiam as discussões voltadas aos assuntos relacionados à necessidade de diferenciação do modelo de ensino praticado, à importância de mecanismos sistemáticos de avaliação e à autonomia universitária.

Essas discussões se baseiam nas seguintes teses:

- a) O Ensino Superior brasileiro precisa ser expandido urgentemente e a oferta do setor, pelo menos, duplicar nos próximos anos;
- b) O atual sistema de financiamento público da Educação Superior pública no Brasil está em seu limite máximo, especialmente em função dos cortes observados. Dessa forma, o setor não tem como continuar a se expandir sem se diversificar e sem transferir a responsabilidade, por meio de estímulos econômicos, ao setor privado. As políticas públicas de financiamento precisam se ajustar a essa nova realidade;
- c) O “modelo único” da universidade brasileira não existe na prática. Contudo, serve para justificar um sistema educacional extremamente elitista, que privilegia alunos oriundos de instituições particulares de ensino de base e de cursos pré-vestibulares, em detrimento dos de escola pública. A expansão do sistema de Educação Superior requer diferenciação, o que precisa ser amplamente discutido pela sociedade brasileira e instituído de maneira explícita e consequente;
- d) O modelo de controle formal, burocrático e prévio dos sistemas públicos e privados destoa dos modelos de países avançados. Por isso,

precisa ser reexaminado e, possivelmente, substituído por outros sistemas que levem em conta a realidade atual de competição, associada a sistemas permanentes de avaliação e de desempenho de resultados. Nesse caso, a questão da autonomia das universidades poderia ter caráter mais claro e mais objetivo.

Atualmente, de acordo com o MEC (2009), estas questões estão recebendo atenção. Exemplo disso é a proposta de substituição do processo vestibular, em seu formato atual, por uma versão reformulada do Exame Nacional do Ensino Médio (doravante, ENEM). A expectativa é de que o novo vestibular seja aplicado ainda em 2009, mas, a proposta ainda está sendo discutida com as universidades federais e o será, posteriormente, com a sociedade civil organizada, antes de se transformar em Lei Federal.

2.2 NÚMEROS ATUAIS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Normalmente, diz-se que os níveis de educação estão diretamente relacionados ao desenvolvimento econômico do país. Se isso fosse realmente verdade, a posição do Brasil em relação aos outros países seria de desvantagem econômica.

Para se ter um comparativo, nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (doravante, OCDE), a média de frequência de alunos ao Ensino Superior chega a 30% e na Coreia do Sul a 60%. De acordo com o MEC (2009), 13% dos brasileiros entre 18 e 24 anos frequentam o Ensino Superior. No Brasil, 9% da população já concluiu algum curso superior, enquanto nos países da OCDE esse percentual sobe para 26%.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP 2009), o quadro atual do Ensino Superior no Brasil pode ser compreendido com o auxílio do Censo da Educação Superior de 2008. A coleta de informações do Censo se deu em 2008, tendo como referência a situação observada em 2007. Os resultados mostram a existência de 2.281 instituições de educação superior, 23.488 cursos e 4.880.381 estudantes, sendo que, desses, 1.481.955 são

ingressantes. Os dados apontam, ainda, para uma diminuição na criação de novas instituições. Segundo a categoria administrativa, observa-se aumento no número de instituições municipais (1,7%), de instituições federais (1%) e de instituições privadas (0,5%). Houve queda de 1,2% no número de instituições estaduais, provavelmente decorrente de integrações entre instituições.

Ainda relacionado a instituições, tendo como base a organização acadêmica, verifica-se: a) acréscimo no número de universidades, de 178 para 183 (8%); b) a criação de centros universitários (aumento de 0,8%); e, ainda, c) aumento de 0,3% na quantidade de faculdades, cujo número absoluto passou de 1.973 para 1.978.

Saliente-se que a grande maioria de faculdades e de centros universitários, está diretamente ligada ao setor privado. Por outro lado, o setor público detém a maior parte das universidades, muito embora em proporção cada vez menor. Atualmente, 52,5% das universidades do Brasil são públicas, enquanto o restante, 47,5%, pertence ao setor privado. Já houve épocas em que 100% das universidades pertenciam ao setor público.

Outra situação refere-se à quantidade de alunos matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior. No Brasil, em 2007, existiam 5,3 milhões de alunos frequentando o Ensino Superior. Desses, 25% estavam matriculados em instituições públicas e os demais 75% em instituições privadas, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos. No Estado da Califórnia, por exemplo, dos 3 milhões de alunos matriculados, 74% frequentavam instituições públicas, 20% instituições privadas sem fins lucrativos e os outros 6% frequentavam instituições privadas com fins lucrativos (INEP, 2009).

De modo geral, o Censo da Educação Superior de 2007 apresenta o aumento do número total de vagas ofertadas em relação ao ano anterior: 2.823.942. Foram 194.344 vagas a mais, embora o número de ofertas das instituições estaduais e municipais tenha diminuído em 2007.

As instituições privadas, por sua vez, ofertaram mais vagas em 2007 do que em 2006. Foram 196.189 novas vagas. Entretanto, isso não equivale a dizer que houve mais ingressos no ensino privado, pelo contrário. Em 2007, foi registrado um total de 1.341.987 vagas ociosas no Brasil – só no setor privado, esse número foi de 1.311.218. Em instituições públicas federais foi detectado o menor número de ociosidade de vagas, pouco mais de 3.000 vagas.

2.3 RANKING DE CARREIRAS PROFISSIONAIS

Uma das estratégias de escolha do indivíduo por este ou por aquele curso superior, presume-se, é a que lhe proporciona expectativas de maior retorno relativo, seja financeiro ou de satisfação pessoal.

Neri (2005) realizou pesquisa com o intuito de descobrir qual o retorno relativo de algumas carreiras, no que se refere aos impactos trabalhistas e financeiros que essas gerariam. Com base em microdados do Censo 2000, Neri (2005) observou que: a) os melhores cursos em termos de salários são os de Mestrado ou os de Doutorado em Administração (*Master of Business Administration* – MBA, ou *DataBase Administrator* – DBA); b) em medicina ou economia, os salários oriundos desses cursos é 1.503% maior do que o de quem nunca frequentou a escola; c) os pós-graduandos em administração são os mais bem-remunerados; d) a probabilidade de conseguir um emprego é 18 vezes maior para um pós-graduando em medicina em relação aos que nunca frequentaram a escola (vide Tabela 02).

TABELA 02 - RANQUEAMENTO DAS PROFISSÕES

Retornos da Educação	Ranking Geral	Diferenciais de Salários		Chance de Ocupação	
		Ranking	Controlado	Ranking	Controlado
Medicina– Mestrado ou Doutorado	1	2	1503%	1	18,00
Medicina – Graduação	2	6	1175%	5	13,23
Outros – Ciência da Saúde – Mestrado ou Doutorado	3	10	1073%	4	13,50
Administração – Mestrado ou Doutorado	4	1	1524%	15	9,41
Outros Ciências Exatas e Tecnológicas Excl. Eng. – Mestrado ou Doutorado	5	8	1132%	11	10,36
Ciências Agrárias – Mestrado ou Doutorado	6	9	1079%	14	9,53
Ciências Econômicas e Contábeis – Mestrado ou Doutorado	7	3	1367%	21	8,17
Engenharia– Mestrado ou Doutorado	8	4	1365%	20	8,35
Odontologia – Graduação	9	19	905%	6	12,12
Outros cursos de Ciências Humanas e Sociais – Mestrado ou Doutorado	10	16	961%	10	10,61
Outros cursos de Mestrado ou Doutorado	11	12	1044%	18	8,48
Outros de Letras e Artes – Graduação	12	29	761%	2	14,96
Direito – Mestrado ou Doutorado	13	5	1347%	27	7,74
Letras e Artes – Mestrado ou Doutorado	14	23	869%	9	10,96
Enfermagem – Graduação	15	28	772%	7	11,21
Farmácia – Graduação	16	32	749%	3	13,72
Propaganda e Marketing – Graduação	17	14	974%	24	7,97
Ciências da Computação – Graduação	18	27	783%	12	10,17
Pedagogia – Mestrado ou Doutorado	19	31	755%	8	11,10
Arquitetura e Urbanismo – Graduação	20	24	847%	19	8,47
Eng. Química e Industrial – Graduação	21	13	979%	39	5,87
Outros de Ciência Biológicas e da Saúde – Graduação	22	39	640%	16	9,10
Eng. Civil – Graduação	23	18	951%	42	5,85
Frequente Mestrado ou Doutorado	24	21	864%	40	5,85
Matemática – Graduação	25	48	523%	13	9,91
Outros cursos de Eng. – Graduação	26	11	1070%	53	4,60
Direito – Graduação	27	20	896%	44	5,52
Medicina Vet. Graduação	28	35	705%	29	7,40

Retornos da Educação	Ranking Geral	Diferenciais de Salários		Chance de Ocupação	
		Ranking	Controlado	Ranking	Controlado
Comunicação Social – Graduação	29	30	755%	35	6,20
Outros cursos de Ciências Humanas e Sociais – Graduação	30	33	744%	33	6,57
Eng. Mecânica – Graduação	31	15	965%	52	4,87
Eng. Elétrica e Eletrônica – Grad.	32	17	958%	50	5,26
Geologia – Graduação	33	22	862%	45	4,43
Psicologia – Graduação	34	36	676%	31	7,07
Química – Graduação	35	40	635%	30	7,08
Militar	36	7	1153%	65	1,76
Biologia – Graduação	37	50	499%	25	7,86
Ciências – Graduação	38	59	383%	17	8,52
Estatística – Graduação	39	26	814%	51	5,16
Administração – Graduação	40	34	728%	43	5,66
Serviço Social – Graduação	41	44	601%	34	6,39
Física – Graduação	42	42	622%	37	6,01
Letras – Graduação	43	51	476%	28	7,69
Ciências Econômicas – Graduação	44	25	815%	55	4,35
Educação Física – Graduação	45	54	440%	26	7,84
História – Graduação	46	57	400%	23	8,01
Geografia – Graduação	47	58	394%	22	8,03
Formação de Professores Disciplinas Especiais – Graduação	48	46	555%	36	6,07
Outros cursos – Graduação	49	45	577%	38	5,90
Biblioteconomia – Graduação	50	38	658%	46	5,42
Pedagogia – Graduação	51	52	453%	32	6,80
Agronomia – Graduação	52	37	675%	48	5,39
Artes – Graduação	53	47	528%	41	5,85
Ciências Contábeis e Atuárias – Graduação	54	43	607%	49	5,28
Outros de Ciências Exatas e Tecnológicas excluído engenharia – Graduação	55	41	631%	58	3,65
Ciências e Estudos Sociais – Graduação	56	53	444%	47	5,40
Outros cursos de Ciências Agrárias – Graduação	57	49	516%	54	4,60
Filosofia – Graduação	58	56	411%	57	3,83
Já frequentou e não concluiu – Superior – Graduação	59	55	417%	59	3,53
Teologia – Graduação	60	61	286%	56	4,13
Frequenta Superior – Graduação	61	60	327%	61	3,02

Retornos da Educação	Ranking Geral	Diferenciais de Salários		Chance de Ocupação	
		Ranking	Controlado	Ranking	Controlado
2º Grau completo – já saiu da escola	62	63	222%	60	3,42
2º Grau incompleto – já saiu da escola	63	65	163%	63	2,33
Frequenta Supletivo (ensino médio ou 2º Grau)	64	66	146%	62	2,61
1º Grau completo – já saiu da escola	65	64	137%	64	2,11
Frequenta – Pré-vestibular	66	67	221%	69	1,43
Frequenta supletivo (ensino fundamental ou 1º Grau)	67	69	85%	66	1,72
Frequenta Pré-escolar	68	62	245%	74	0,46
Frequenta 2º Grau	69	68	103%	70	1,31
1º Grau incompleto – já saiu da escola	70	71	62%	68	1,61
Alfabetização de Adultos	71	73	10%	67	1,66
Alfabetização de Adultos	72	70	78%	73	0,84
Frequenta ensino fundamental ou 1º Grau	73	72	41%	72	0,85
Nunca Frequentou	74	74	0%	71	1,00

FONTE: NERI (2005)

Entre os salários de ex-alunos de graduação, os de ex-alunos do curso de medicina são os de melhor desempenho. O mesmo acontece com relação ao índice de ocupação pós-universidade: os resultados mostram que, para medicina, o índice de ocupação chega a 91% (Neri, 2005).

As informações contidas na Tabela 2 são pertinentes ao presente trabalho em função de a Universidade Estadual do Centro-Oeste (doravante, Unicentro) oferecer vários dos cursos ranqueados. Desse modo, servirá como parâmetro para as análises que serão feitas em outras sessões deste trabalho.

2.4 EDUCAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Os diferentes níveis de crescimento econômico dos países tem sido alvo de amplas pesquisas no âmbito das ciências sociais e econômicas. Entre vários fatores elencados para explicar as discrepâncias, o mais destacado é o fator educação, onde diversos posicionamentos favoráveis e contrários quanto a sua real importância no contexto ditam o tom da discussão.

Na década passada, de acordo com Blumenschein (2007), a grande maioria dos estudos sobre crescimento econômico se concentrou na importância da poupança de capital humano. Por capital humano entende-se um conjunto de habilidades, conhecimentos e especializações que um indivíduo pode possuir. Assim, os países que tivessem poupança em capital humano, em tese, teriam maior probabilidade de crescimento. Desse modo, a destinação de investimentos públicos e privados para a área da educação poderia elevar o capital humano de um determinado país, e, como consequência, aumentar os níveis de renda e bem-estar dessa nação.

A Comissão da Unesco para Educação (1996, apud Easterly, 2004), considera a educação como um dos principais meios ao alcance das pessoas para fomentar uma forma mais profunda e harmoniosa do desenvolvimento humano, e como reflexo desse processo se poderia reduzir a pobreza, a exclusão social, a ignorância, a opressão e a guerra. Respaldam esse mesmo caminho de defesa da educação como alicerce de crescimento, a Unicef, o Banco Mundial e a ONU.

Diante desse cenário, deu-se ênfase geral para a criação de políticas que tornassem a educação, especialmente nos níveis básicos, mais acessível a todos. Em 1990 a matrícula no ensino fundamental alcançara a casa de 100% na metade dos países do mundo, ultrapassando significativamente os 28% de países do mundo que alcançaram esse mesmo patamar na década de 1960. No caso do ensino superior também houve elevado aumento das matrículas. Na década de 1960, 29 países não tinham nenhum aluno matriculado em curso superior, em 1990 esse número de países caiu para somente três: Ilhas Cômores, Gâmbia e Guiné Bissau. Entre 1960 e 1990 a taxa média de matrículas em Ensino Superior no mundo aumentou mais de sete vezes, saindo de 1% e atingindo a casa de 7,5% (Easterly, 2004).

O crescimento econômico, por sua vez, não reagiu proporcionalmente ao crescimento da educação. De acordo com Easterly (2004), vários estudos retrataram a ausência de associação positiva entre crescimento do PIB e crescimento dos níveis de escolaridade. Pelo contrário, foi observado que alguns países africanos – como Angola, Moçambique, Gana, Zâmbia, Madagascar, Sudão e Senegal, que tiveram crescimento evidenciado de capital humano, foram “desastres” em matéria de crescimento econômico.

Em contrapartida, o Japão teve modesto crescimento de capital humano e explosão de crescimento econômico. Os níveis de matrículas no Ensino Fundamental nos EUA chegam a 97%, um pouco mais do que os 92% da Ucrânia. Analisando esses dois países, se houvesse uma relação perfeita de índices de matrículas com índices de renda, a renda per capita da Ucrânia deveria ser somente um pouco menor do que a renda nos EUA. Entretanto, o que se observa é que a renda nos EUA é 9 vezes maior do que na Ucrânia (Easterly, 2004).

Muito embora alguns estudos demonstrem que a educação tem pouca relevância para o crescimento do PIB dos países, no aspecto de retorno individual por anos de estudo, ela aparece de outra forma.

De acordo com Blumenschein (2007), no campo da microeconomia, o trabalho clássico de Jacob Mincer, de 1974, demonstrou que um indivíduo nos Estados Unidos tem sua renda média anual aumentada em cerca de 10% para cada ano adicional de educação. Outros estudos posteriores ao de Mincer confirmaram magnitude semelhante de retorno, tornando os números mincerianos ainda mais robustos. Entretanto, os retornos individuais tendem a ser tanto maiores quanto mais baixa for a classe social à qual o indivíduo pertence. Isso talvez por que as pessoas com menores condições econômicas buscam na educação um meio pelo qual alcançar melhorias sociais.

Argumenta-se que parte das desigualdades do Brasil está diretamente relacionada aos anos de estudo das pessoas. Nesse sentido, Neri (2005, p. 3) afirma que cerca de 35% da desigualdade de renda brasileira são explicados pela quantidade de anos de estudo das pessoas, ou seja, as pessoas com mais tempo de estudo têm maiores chances de obter ocupações com melhores salários do que aquelas com menos anos de educação formal.

De acordo com Billi (2006), estatísticas mostram que a distribuição de renda no Brasil começou a melhorar somente a partir do final de 2002. Em 2004, ocorreu o primeiro avanço significativo para a diminuição da desigualdade econômica no país: a taxa de crescimento da renda per capita para os mais pobres foi de 14,1%, enquanto a renda per capita média cresceu 3,6% no mesmo período. Um dos fatores que podem ter contribuído para essa melhora no quadro de distribuição de renda no país é o programa de distribuição de renda denominado “Programa Bolsa Família”, que atualmente atende mais de 11 milhões de famílias em todo o Brasil.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2002), a desigualdade entre os rendimentos dos trabalhadores brasileiros (população economicamente ativa) caiu quase 7% entre o quarto trimestre de 2002 e o primeiro de 2008. Nesse período, o Coeficiente de Gini² na renda do trabalho, ou o intervalo entre a média dos 10% mais pobres da população e a média dos 10% mais ricos, caiu de 0,54 para 0,50. O ideal para que a distribuição de renda fosse mais equitativa seria um índice abaixo de 0,45.

Como indica o Índice de Gini, a concentração de renda no Brasil é bastante elevada. Os 50% mais pobres da população tem renda igual ao 1% mais rico do país. Essa anormalidade de distribuição impede o emprego de algumas outras formas de mensuração, como a metodologia P90/P10³.

Em se tratando do Ensino Superior, observa Cruz (2001, p. 190), “é notória a demanda social por ampliação de vagas [...]. Esse é um dos desafios ao nosso sistema de ensino, cujo quadro se torna ainda mais complexo se questionarmos o retorno social que pode garantir esse tipo de investimento”.

2.5 RETORNOS DA EDUCAÇÃO

As discussões acerca de possíveis retornos provenientes dos investimentos em educação são influenciadas por pressupostos que compõem a estrutura conceitual da Teoria do Capital Humano. Surgida na década de 1950, essa teoria afirma que o capital humano é sempre algo produzido, ou seja, é o resultado de um conjunto de decisões deliberadamente relacionadas a investimento em educação ou

² O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, publicada no documento “*Variabilità e mutabilità*” (variabilidade e mutabilidade) em 1912. É comumente utilizada para calcular a desigualdade de distribuição de renda, mas, pode ser usada para qualquer distribuição. Ela consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (situação em que todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa tem toda a renda e as demais nada têm). Disponível em: <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=9409>. Acesso em: 21/05/2009.

³ Metodologia P90/P10: O “decile ratio” é a razão entre o Percentil 90 e o Percentil 10 da distribuição. Dá, assim, uma relação comparativa entre o rendimento acima do qual se encontram os 10% da população de maior rendimento e o rendimento abaixo do qual se encontram os 10% da população mais pobre. Disponível em: <http://ine-lnx01.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_estudos&ESTUDOSest_boui=106115&ESTUDOSmodo=2>. Acesso em: 21/05/2009.

em treinamento, tanto individual quanto coletivo. Assim, há que se supor, nas economias das nações, os níveis de educação das pessoas têm relação direta e positiva com os níveis de rendimento dessas.

Blaug (1971, p.21), a partir dessa perspectiva de análise, afirma que "uma educação adicional elevará os rendimentos futuros e, nesse sentido, a aquisição de educação é da natureza de um investimento privado em rendimentos futuros". Desse modo, pode-se depreender uma correlação entre a transformação dos recursos materiais, ou produtividade propriamente dita, e a educação, o que as coloca em um mesmo patamar, ou seja, a primeira como capital produtivo e a segunda como capital humano, tendo em vista que esse último torna-se parte integrante de quem o adquiriu.

Isso posto, pode-se afirmar que o conceito de capital humano compreende a idéia de que a educação tem como principal consequência a apreensão ou o desenvolvimento de habilidades e de conhecimentos. Quanto maiores forem essas habilidades e esses conhecimentos, maior será a produtividade das pessoas e, conseqüentemente, maiores serão seus rendimentos. Desse modo, entende-se que o investidor em capital humano age com racionalidade, visando maximizar a utilidade da educação, transformando-a em benefícios esperados. Assim, há que se esperar que o indivíduo racional, ao investir em sua educação, tenha noção da realidade que cerca as escolhas que faz, como, por exemplo, ao escolher um determinado curso superior com o objetivo de que esse traga melhor resultado em relação a outros cursos.

De acordo com Neri (2005), é procedente a analogia feita entre capital humano e outros tipos de capitais, muito embora seja difícil imaginar que os ativos financeiros, por exemplo, assumam a mesma forma dos recursos humanos ou sofram os mesmos efeitos, como o de ficarem desempregados. De todo modo, tanto os portadores de capital humano como os de outros capitais pretendem ter retornos na utilização de seus respectivos recursos.

No caso do retorno obtido em função do acesso ao curso superior específico, Neri (2005) aponta que o Brasil é o país latino-americano com os mais altos retornos, isto é, as diferenças de salário entre os que têm e os que não têm curso superior. Todavia, a quantidade de universitários é, ainda, muito pequena, embora desde 1998 tenha havido considerável aumento em função, especialmente,

do crescimento no número de instituições privadas que, atualmente, ocupam 3/4 do mercado nacional de ofertas de vagas e de matrículas.

Neri (2005) afirma que uma das maneiras mais utilizadas para se mensurar os retornos causados pela educação se dá pela aplicação de equações mincerianas de salários⁴.

A aplicação desse exercício leva em conta a comparação de pessoas do mesmo sexo, religião, cor, raça etc, mimetizando a trajetória do ciclo de vida.

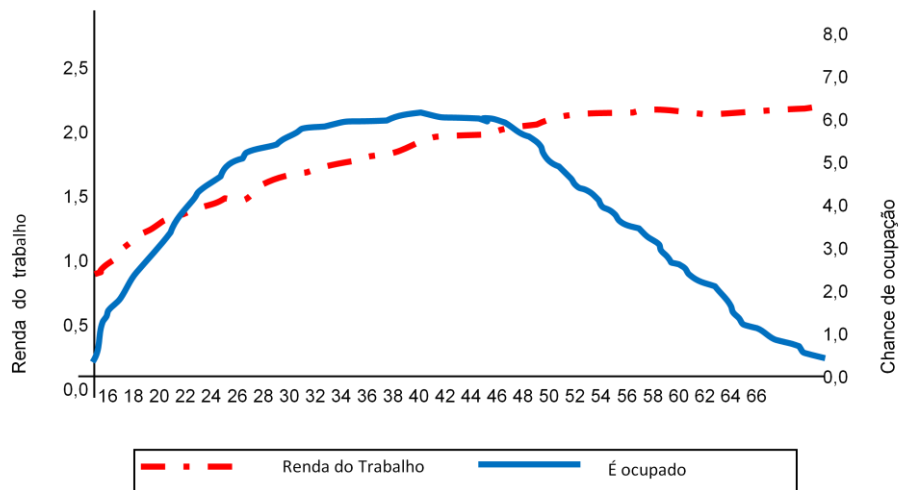


GRÁFICO 1 - RELAÇÃO ENTRE IDADE, OCUPAÇÃO E RENDA
 FONTE: NERI (2005)

Analisando o Gráfico 1, acima, Neri (2005) afirma que, para amostra utilizada, os melhores salários se dão por volta dos 50 anos de idade, enquanto a maior chance de estar empregado aparece por volta dos 40 anos. Ainda analisando o mesmo gráfico, notamos que o formato das curvas é côncavo, denotando que as chances de obtenção de emprego e de melhores salários crescem a partir da juventude e começam a declinar após certa idade. Daí, poder-se-ia afirmar que o rendimento é decrescente.

⁴ As equações mincerianas serão discutidas na parte final deste capítulo.

2.5.1 Mensuração dos Retornos da Educação

Rezende e Wyllie (2006) seccionam a modelagem de avaliação dos retornos da educação em três fases distintas, a saber:

- a) *Estudos não-econométricos* como, por exemplo, Mincer (1958, 1962). Essa linha de pesquisa motivou estudos nos quais são identificados custos de educação e rendimentos do trabalho de modo a viabilizar o cálculo de retornos prospectivos. A limitação dessa abordagem, exposta pelos autores, está na dificuldade de controlar outras variáveis determinantes dos rendimentos;
- b) *Estudos econométricos simplificados*, com estimação de mínimos quadrados ordinários. Baseados em uma equação do tipo:

$$\ln y_i = f(s, x, z) + u_i, i = 1, \dots, n$$

Essa abordagem, motivada pela teoria do capital humano, tem em Mincer (1974) uma contribuição chave. Para Rezende e Wyllie (2006), Mincer e os que o sucederam consideraram variantes que, por vezes, incluem termos quadráticos nas variáveis de escolaridade e de experiência, refletindo a possibilidade de retornos decrescentes obtidos dessas variáveis. A inclusão da variável “experiência” pretende enfatizar a importância do treinamento no trabalho e da aprendizagem com a experiência (*learning by doing*);

- c) *Estudos econométricos lidando com o problema da seletividade amostral*. Os elementos metodológicos dessa abordagem aprimorada foram apresentados por Heckman (1974, 1979) (apud Rezende e Wyllie, 2006). O procedimento considera, primeiramente, a estimação de um modelo Probit⁵ para a participação no mercado de trabalho (tanto de empregados, quanto de desempregados), a partir da qual pode-se obter a razão inversa de Mills⁶ para cada ponto da amostra; após, o método realiza a estimação por

⁵ Modelo Probit: descreve o comportamento de variáveis *dummy* (qualitativas dicotômicas) em termos de regressão linear, por meio de distribuição normal (modelo probabilístico de *dummy*).

⁶ Inversa de Mills: refere-se ao modelo que considera a distribuição do produto do trabalho na relação inversa do trabalho.

mínimos quadrados de uma equação de terno⁷, aplicada à amostra de trabalhadores empregados, incluindo como regressor adicional a razão inversa de Mills.

No Brasil, uma influente linha de investigação segue o trabalho seminal de Mincer (1974), que concebeu uma equação para rendimentos que seria dependente de fatores explicativos associados à escolaridade e à experiência – excetuando outras variáveis de controle.

2.5.2 O Modelo Minceriano de Mensuração do Retorno da Educação

Neste trabalho, far-se-á uso do Modelo Minceriano, por meio do qual se estima uma função capital humano, em que estão incluídas variáveis como: anos de escola e anos de experiência no posto de trabalho. Freitas e Freitas (2008) afirmam que o Modelo Minceriano parte do pressuposto de que os trabalhadores auferem remuneração equivalente à sua contribuição econômica para com a empresa e que essa contribuição será tanto maior quanto mais qualificado for o trabalhador. Registram ainda que:

Esse tipo de raciocínio está no limiar da teoria do capital humano, segundo a qual os conhecimentos adquiridos na escola, habilidades inatas e a experiência adquirida no trabalho determinam a produtividade do indivíduo, que por sua vez determinará o nível de rendimento ou os ganhos salariais. O ponto central é demonstrar que existe uma correlação positiva entre capital humano e nível de salário medida pela produtividade do fator trabalho, que se desdobra, em sua formação, em dois quesitos: educação formal e conhecimento adquirido no posto de trabalho.

Uma das premissas da teoria do capital humano diz que os indivíduos possuem certas características que contribuem, em última instância, para o incremento de sua produtividade e, conseqüentemente, dos salários auferidos ao longo de seu ciclo de vida. Freitas e Freitas (2008) explicam que, assim, o salário de um trabalhador seria igual ao produto marginal de seu trabalho e a remuneração que

⁷ Equação de terno: estimação de uma equação linear de duas variáveis explicativas que são pares ordenados e estimação de equações de três variáveis são ternos ordenados.

o trabalhador auferir seria equivalente ao valor de sua cooperação econômica para com a empresa na qual se encontra empregado.

Segundo Freitas e Freitas (2008), Mincer apresentou uma modelagem matemática que captou o perfil “rendimento-idade”. Basicamente, o autor propõe que o indivíduo se dedique totalmente à educação no início de sua vida, quando o estoque de capital humano é baixo, até o momento em que decida ingressar no mercado de trabalho. Preliminarmente, o trabalhador tende a investir fortemente em educação e, portanto, a tendência é de que seu salário seja baixo. Contudo, com a maturação do conhecimento e com o passar do tempo, seu salário tende a aumentar, em virtude do acúmulo do estoque do capital.

A respeito da questão dos rendimentos decrescentes da educação, Freitas e Freitas (2008) apontam que:

Mais tarde, com a redução da taxa de investimento em educação, aliado à depreciação no estoque de capital humano, a tendência é que haja uma eliminação da taxa de crescimento dos rendimentos. Nesse instante, o salário atinge seu máximo; logo após, começa a decrescer até a idade da aposentadoria.

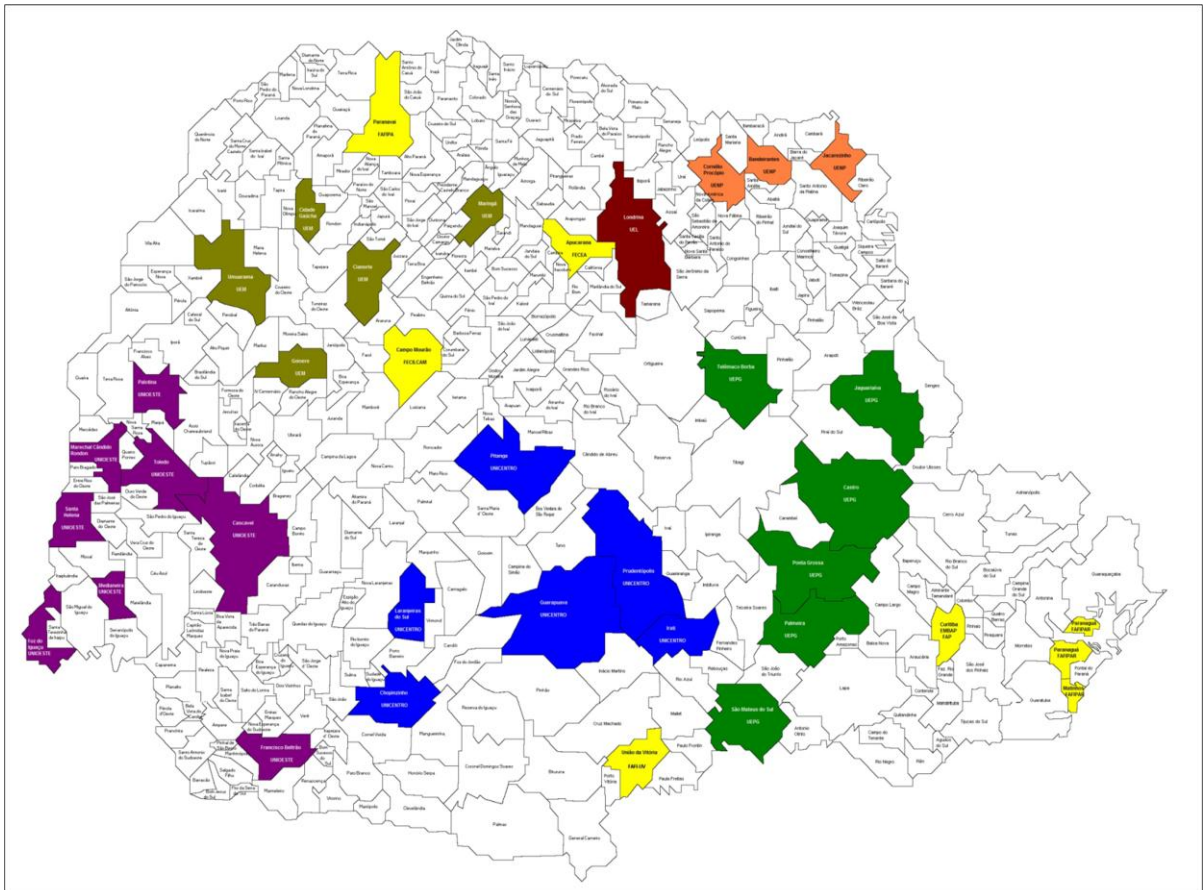
Mincer (apud Moretto, 2000) apóia essa afirmação lembrando que os rendimentos ao longo do ciclo de vida tendem: a) a aumentar a taxas crescentes na primeira fase da vida produtiva do trabalhador; e b) a aumentar a taxas decrescentes numa segunda fase para, depois, se manterem praticamente constantes.

Guimarães e Silva (2008) recomendam que sejam incluídas na regressão proposta por Mincer as variáveis referentes à experiência (*exp*) e experiência ao quadrado (exp^2), e essas teriam coeficientes positivos e negativos, respectivamente. A inclusão dessas variáveis tem a função de destacar a importância do treinamento no trabalho e da aprendizagem com a experiência. O termo da experiência ao quadrado deve ter o coeficiente negativo, pois como observado por Mincer espera-se que a renda aumente a taxas decrescentes à medida que os anos de experiência aumentam.

No presente trabalho o modelo minceriano será aplicado a uma amostra composta por egressos do ensino superior, formados pelo Unicentro, nos campi avançados das cidades de Laranjeiras do Sul e de Pitanga, e também por pessoas não portadoras de ensino superior, oriundas desses mesmos municípios. Tal metodologia será melhor explicada no Capítulo 4 desta dissertação.

3 CONTEXTOS HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DOS CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO

O sistema de Ensino Superior Público no Paraná é composto por seis universidades e sete faculdades isoladas, distribuídas geograficamente conforme mapa a seguir:



LEGENDA:

UEL 41 Cursos de Graduação	UEM 42 Cursos de Graduação	UNIOESTE 34 Cursos de Graduação	UNICENTRO 32 Cursos de Graduação	UEPG 30 Cursos de Graduação	UENP 22 Cursos de Graduação	Faculdades isoladas
--------------------------------------	--------------------------------------	---	--	---------------------------------------	---------------------------------------	----------------------------

FIGURA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS UNIVERSIDADES E DAS FACULDADES ESTADUAIS NO PARANÁ

FONTE: SETI (2009)

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro, daqui para adiante) foi criada pela fusão da Faculdade Estadual de Filosofia de Guarapuava (FAFIG) com a Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Irati (FECLI), em treze de junho de

1990 e recebeu reconhecimento oficial do Governo do Estado em oito de agosto de 1997. A sede da Universidade fica no município de Guarapuava, que abriga os campi Santa Cruz e Cedeteg⁸. A Figura 2 abaixo ilustra a distribuição dos campi da Unicentro.

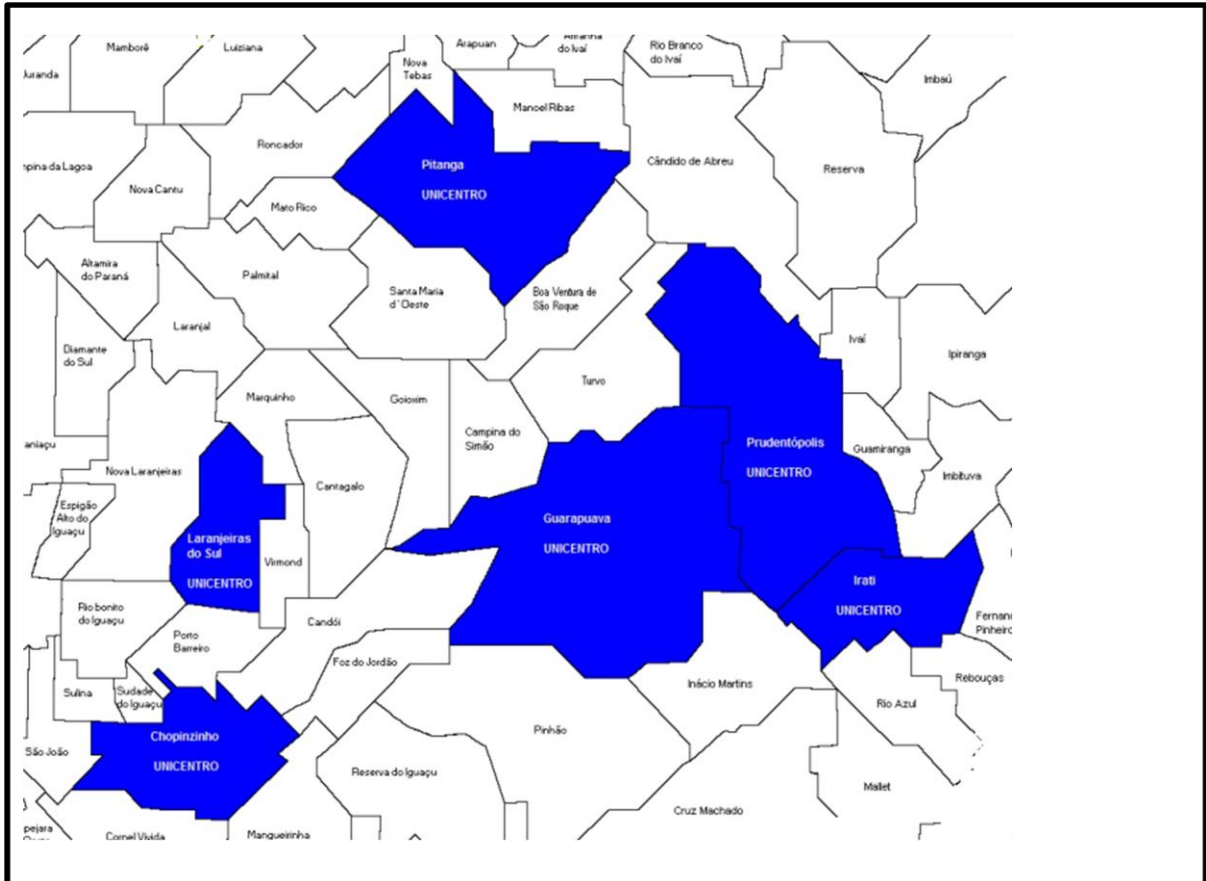


FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DA UNICENTRO

FONTE: Mapa adaptado pelo autor a partir de SETI (2009)

A Unicentro tem como característica marcante o fato de ser uma instituição multicampi. Essa característica torna-se, em parte, fator explicativo da existência dos campi avançados, que serão discutidos mais adiante. Por conta disso, faz-se necessário apresentar a organização da instituição detalhadamente, como segue.

É no campus Santa Cruz que está instalada a administração central, com a reitoria e as pró-reitorias, além de diversos cursos. Cinema, restaurante universitário, editora, estúdio de TV, centro de documentação e diversos laboratórios são outros setores que oferecem suporte para toda instituição.

⁸ Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Guarapuava.

No Cedeteg, o mais novo campus, estão concentradas instalações adequadas para diversas práticas de campo para cursos das áreas de ciências agrárias, ambientais, da saúde e de exatas e tecnológicas. Clínica de fisioterapia, núcleo de educação a distância, laboratório de solos, clínica de atendimento nutricional e incubadora tecnológica são alguns dos espaços disponíveis ao alunado e à comunidade. Uma clínica veterinária também opera no Centro, formando alunos e atendendo animais de diversas raças.

No campus de Irati, na região Centro-Sul do Paraná, estão outros dezesseis cursos de graduação e de nível sequencial. Cinema, auditório, academia de musculação, centro de documentação e memória, laboratório de engenharia florestal e de ambiental, clínica de fonoaudiologia e de psicologia são alguns exemplos de ambientes especiais.

A lista completa de cursos de graduação encontra-se no Quadro 1 a seguir. Neste ano de 2009, estão matriculados nos cursos presenciais de graduação quase sete mil alunos.

Cinco cursos sequenciais de Formação Específica (Gestão de Micro e Pequenas Empresas, Gestão Comercial, Gestão de Agronegócios e Gestão Pública e Mecânico de Manutenção Aeronáutica) atendem a 250 alunos aproximadamente.

Campus	Cursos Ofertados
Campus Universitário Santa Cruz	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Arte-Educação • Ciência da Computação • Ciências Contábeis • Ciências Econômicas • Comunicação Social – Publicidade e Propaganda • Comunicação Social – Jornalismo • Filosofia • História • Letras Inglês e Literaturas de Língua Inglesa • Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa • Matemática • Pedagogia: Docência e Gestão Educacional • Secretariado Executivo • Serviço Social

Campus	• Cursos Ofertados
Campus Universitário Cedeteg	<ul style="list-style-type: none"> • Agronomia • Ciências Biológicas • Educação Física • Enfermagem • Engenharia de Alimentos • Farmácia • Física • Fisioterapia • Geografia-Bacharelado • Geografia-Licenciatura • Medicina Veterinária • Nutrição • Química
Campus Universitário Irati	<ul style="list-style-type: none"> • Administração • Ciências Contábeis • Educação Física • Engenharia Ambiental • Engenharia Florestal • Fonoaudiologia • Geografia • História • Letras – Espanhol • Letras – Inglês • Letras – Português • Matemática • Pedagogia • Psicologia • Turismo

QUADRO 1 - CURSOS OFERTADOS NA UNICENTRO – POR CAMPUS (2009)
 FONTE: DIAP/PROEN/UNICENTRO (2009)

No nível de pós-graduação, a universidade oferta o curso de Mestrado em Biologia Evolutiva, Agronomia, Ciências Florestais, Química e Geografia, além do curso de Doutorado em Química, atendendo a um total de 130 alunos. Existem, ainda, 13 cursos de especialização nas áreas de Letras e Literaturas, História, Farmácia, Gestão Ambiental, Administração, Secretariado Executivo, Comunicação Social, Ciências Contábeis, abrangendo um público total de 420 pessoas. O curso de Especialização em Gestão Escolar Modalidade Ensino a Distância atende a aproximadamente 800 acadêmicos em nove pólos de ensino.

Quanto ao quadro funcional, a Unicentro conta com 719 professores (475 efetivos e 244 colaboradores) e 237 agentes universitários (220 efetivos e 17

colaboradores); além de 375 estagiários, segundo informações da Pró-Reitoria de Recursos Humanos⁹.

Além dos três campi principais, outros quatro estão abertos em diversas regiões do Estado do Paraná – constituindo os chamados campi avançados. São eles: na região Centro-Sul, no Município de Prudentópolis – ligado ao campus da Unicentro de Irati; na região Centro-Oeste, nos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul – sendo esses dois ligados ao Campus Santa Cruz; e na região Sudoeste, no Município de Chopinzinho – também ligado ao Campus Santa Cruz. A Tabela 03, a seguir, indica o número de alunos matriculados em 2009.

TABELA 03 - ALUNOS MATRICULADOS EM CAMPI AVANÇADOS DA UNICENTRO (2009)

Campi	Laranjeiras do Sul	Pitanga	Chopinzinho	Prudentópolis
Nº de alunos	344	351	307	289

FONTE: DIAP/PROEN/UNICENTRO (2009)

Além dos campi nos quais existe o ensino presencial, a Universidade também atua no Ensino a Distância, por meio de pólos localizados nos municípios de Paranaíba, de Goioerê, de Palmital, de Coronel Vivida, de Laranjeiras do Sul, de Pinhão e de Bituruna, entre outros municípios. Os cursos a distância de Ciências Biológicas e de História atendem a 350 acadêmicos.

3.1 OS CAMPI AVANÇADOS – CONTEXTO GERAL

Os chamados campi avançados da Unicentro constituem-se de uma parceria entre a Unicentro e as prefeituras municipais da região de abrangência da universidade para viabilizar a oferta de cursos superiores nesses municípios. Para tanto, foi preciso não apenas que os municípios demonstrassem interesse, mas, ainda, que indicassem ter a capacidade de atender determinados critérios, fixados pela Universidade, necessários ao bom funcionamento dos cursos superiores que lá viessem a ser ofertados.

⁹ Dados de maio de 2009.

Um dos argumentos que impulsionaram a criação dos campi avançados – no início, denominados extensões universitárias, foi o de que, com a democratização do ensino, far-se-ia com que a escola chegasse até a clientela, atendendo a uma faixa diversa e não disposta a se deslocar para outros centros, mas, que desejaria frequentar um curso superior. Dessa forma, essas necessidades seriam atendidas com a implantação de uma extensão.

Por meio de uma manifestação oficial por parte da prefeitura do município interessado, o processo de oferta de cursos superiores em regime de extensão tem então início. A reitoria da Universidade acolhe essa solicitação e, em seguida, a encaminha para manifestação do departamento pedagógico e do setor de conhecimento, aos quais o curso solicitado é relacionado. Os departamentos pedagógicos da Universidade, e não a alta administração da instituição, são os que definem a oferta ou não de cada um dos cursos.

Aprovada pelo departamento pedagógico e pelo setor de conhecimento, a solicitação segue para a Pró-Reitoria de Ensino que preconiza o restante do trâmite processual. Finalmente, a proposta é avaliada e, caso atenda às regulamentações universitárias, aprovada pelos conselhos superiores da Unicentro.

De modo paralelo e complementar a esse processo, outro é instalado junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) do Estado do Paraná que, por meio do Conselho Estadual de Educação, avalia e, se adequado, autoriza o funcionamento dos cursos a serem ofertados em regime de extensão. Em conclusão, o processo tramita pela Casa Civil para que decreto do Governo do Estado, autorizando o funcionamento dos cursos pretendidos, seja emitido, assinado e publicado.

3.2 CAMPI AVANÇADOS: TERMOS DE CONVÊNIO PARA CONSTITUIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO

Os convênios iniciais firmados com as prefeituras de Laranjeiras do Sul e de Pitanga – fixados como universo de estudo desta pesquisa, têm conteúdo semelhante e, basicamente, são constituídos como os chamados “convênios guarda-chuvas”, ou seja, acordos de caráter genérico a partir das quais poderiam

ser desenvolvidos projetos em diferentes áreas, envolvendo as partes conveniadas. Isso pode ser confirmado pelo texto da cláusula de abertura desses documentos:

Constitui objeto do presente convênio a ampla cooperação entre as partes no estímulo e desenvolvimento de programas de cooperação em assuntos técnicos, administrativos, científicos, educacionais, sociais, esportivos e culturais, em conformidade com a legislação vigente de cada entidade, levando em consideração as respectivas possibilidades técnicas e financeiras e os limites de suas disponibilidades de pessoal. (COORCAP/UNICENTRO, 2009)

Os próprios convênios esclarecem que a colaboração mencionada na cláusula primeira consiste em: a) facilitar o intercâmbio de conhecimentos, de experiências e de informações técnico-científicas e tecnológicas; b) colaborar na assessoria técnica entre as partes; c) possibilitar o desenvolvimento de programas de interesse comum; e d) laborar, promover e desenvolver programas ou projetos de pesquisa, de extensão, de treinamento e de capacitação de pessoal.

Para que o convênio atingisse seus objetivos, as partes convenientes deveriam elaborar projetos específicos para cada ação, que seriam formalizados mediante assinatura de Termo Aditivo ao convênio inicial. A partir do convênio inicial entre prefeituras municipais e Unicentro, foi assinado um protocolo de intenções que tece as primeiras considerações com respeito à concepção e à operacionalização da oferta de cursos superiores em regime de extensão.

Na cláusula primeira pode-se ler:

O presente Protocolo de Intenções tem por objetivo o estabelecimento de parceria no que se refere a realização de estudos conjuntos sobre a viabilidade de transformação do Projeto de Extensão Universitária no Município de Laranjeiras do Sul, no Estado do Paraná, em Campus Universitário da UNICENTRO. (COORCAP/UNICENTRO, 2009)

Como cláusulas gerais, o protocolo estabelece que as partes devem assumir o compromisso de dirigir os estudos para realização do Projeto de Extensão e para o Campus Universitário. O documento estabelece, ainda, que cabe ao município conveniente a viabilização dos recursos necessários para o pleno funcionamento do Campus Universitário – da cessão do local a toda infraestrutura requerida. O texto aponta, também, o compromisso dos partícipes no sentido de que os cursos superiores que venham a ser ofertados nos campi avançados devem garantir os mesmos padrões de qualidade dos cursos ofertados na sede da Universidade.

Complementarmente, a vigência do protocolo de intenções corresponde ao prazo necessário à implementação do objetivo dele constante, ou seja, a efetivação dos campi avançados – podendo, ainda, ser adiado a qualquer instante.

Uma vez firmado o termo de convênio entre Unicentro e prefeitura municipal, esse tramita internamente na estrutura universitária até que, ao final, os conselhos universitários emitem parecer final e resolução aprovando o acordo firmado.

Para a operacionalização dos cursos em funcionamento, foram estabelecidas, por meio de convênios e respectivos termos aditivos, para as prefeituras municipais conveniadas, as seguintes obrigações¹⁰:

- 1) Prover a estrutura física e didático-pedagógica necessárias à instalação e ao funcionamento dos cursos , o que inclui espaço físico, acervo bibliográfico, laboratórios, entre outros.
- 2) A título de incentivo de deslocamento, remunerar os professores, o técnico bibliotecário e o técnico em informática da Unicentro que atuarão nos cursos do campus avançado, conforme informação prestada por meio de ofício pela direção do campus avançado;
- 3) Designar e remunerar pessoal de apoio administrativo;
- 4) Dispor de transporte de seguro e de alimentação para professores e técnicos administrativos para o desenvolvimento de atividades necessárias ao funcionamento do su cursos ofertados; bem como para os malotes entre as instituições, fora do período letivo, para atender às necessidades administrativas existentes.

O mesmo termo de convênio estabelece as funções da Unicentro dentro do processo, que podem ser sintetizadas na designação de professores para atuarem no Projeto, bem como designar a Direção dos campi avançados e pessoal de apoio técnico-administrativo.

¹⁰ As informações constam dos termos de convênios arquivados na Coordenadoria de Convênios e Capitação de Recursos (COORCAP/UNICENTRO).

3.3 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA

A abrangência geográfica do campus de Pitanga está circunscrita aos seguintes municípios: Cândido de Abreu, Manoel Ribas, Nova Tebas, Palmital, Roncador, Mato Rico, Laranjal, Santa Maria do Oeste, Iretama, Boa Ventura de São Roque e Turvo – todos em um raio de 115 quilômetros de distância de Pitanga. O somatório das populações desses municípios era de 190.000 habitantes na época de instalação do primeiro curso. O curso superior de funcionamento mais regular no campus avançado de Pitanga, conforme mostra a Tabela 04, é o de Pedagogia.

A Tabela 04, a seguir, mostra que a concorrência no período tem sido de 4,17 candidatos por vaga disponível em média¹¹.

TABELA 04 - RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA PARA O CURSO DE PEDAGOGIA – CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA

Processo Vestibular	2000		2001		2002		2003		2004		2005		2007	2008	2009	
	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	2°	2°	1°	2°	
Turno	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Vagas Oferecidas	50	25	25	25	25	20	20	20	20	20	20	40	40	20	20	
Inscritos	195	96	126	146	132	119	60	42	79	84	106	125	150	63	84	
Candidato/Vaga	3,9	3,84	5,04	5,84	5,28	5,95	3	2,1	3,95	4,2	5,3	3,12	3,75	3,15	4,2	

FONTE: COORPS/UNICENTRO (2009)

3.3.1 Perfil Socioeconômico de Pitanga

O Município de Pitanga localiza-se na mesorregião Centro-Sul Paranaense. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (doravante, PNUD, 2004), a população de Pitanga teve uma taxa média de crescimento anual de -0,59%, passando de 37.732, em 1991, para 35.861, em 2000, ou seja, nesse mesmo ano a população do município representava 0,37% da população do Estado do Paraná.

¹¹ A relação completa dos cursos já ofertados e atualmente em oferta encontra-se no Anexo 1.

Nesse mesmo período, houve queda de 67,86% na taxa de mortalidade infantil no município: de 57,71 para 18,55 (por mil nascidos vivos). Paralelamente, a expectativa de vida cresceu 9,36 anos, saltando de 60,7 anos, em 1991, para 70,06 anos, em 2000.

Mesmo com melhorias nos indicadores, a população do município diminuiu, o que pode ser derivado da migração da população para médias e grandes cidades (PNUD, 2004).

A renda per capita média do município teve crescimento de 27,93% no mesmo período, passando de R\$ 143,32, em 1991, para R\$ 183,35, em 2000. A pobreza¹², por outro lado, diminuiu 30,22%, passando de 68,7%, em 1991, para 48,0%, em 2000. A origem do aumento da renda pode estar relacionada com o aumento nos níveis de escolaridade verificados entre 1991 e 2000 (PNUD, 2004).

Entre os avanços que contribuíram para que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M, daqui para adiante) de Pitanga crescesse 17,19%, destacam-se a Longevidade, com 47,7%, a Educação, 39,8%, e a Renda, 12,5%.

Embora a longevidade tenha demonstrado uma evolução maior, ressalte-se a significativa contribuição do fator educação para a melhoria do IDH-M. Vale lembrar que a educação influencia diretamente as condições de saúde e, por conseguinte, contribui, também, para o aumento da longevidade.

Em 1991 o IDH-M de Pitanga era de 0,64, evoluindo, em 2000, para 0,74. Segundo classificação do PNUD, o município estava entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Em relação aos outros municípios do Brasil, Pitanga apresentava uma situação intermediária: ocupava a 2.057ª posição, sendo que 37,3% dos municípios estavam em situação melhor e 62,7% – o que corresponde a um total de 3.450 municípios, em situação pior ou igual (PNUD, 2004).

Contudo, ao comparar-se o IDH-M de 2000 com o dos outros municípios do Estado do Paraná, Pitanga apresenta uma situação intermediária: ocupa a 186ª posição, com 46,4% dos municípios em situação melhor e 53,6%, ou seja, 213 municípios, em situação pior ou igual (PNUD, 2004).

Conforme observado anteriormente, o IDH-M evoluiu por que parte dessa contribuição é derivada da educação. Houve, no município, melhoria em todos os

¹² Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 – equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

indicadores de educação, seja no ensino Básico, no Fundamental, no Médio ou no Superior. Como o foco desta dissertação é analisar o Ensino Superior, os dados apresentados no Gráfico 2, abaixo, dizem respeito especificamente a esse setor e revelam o percentual de pessoas que frequentavam curso superior em Pitanga nos anos de 1991 e 2000.

Observa-se no Gráfico 2, logo a seguir, que os jovens de 18 a 24 anos foram os que mais tiveram participação em 1991 – expressa nos 2,63%. Já a população acima de 25 anos teve menor participação no Ensino Superior, de 0,18%. Por sua vez, no ano de 2000, verificou-se aumento no número de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam curso superior, 5,33%, e a população acima de 25 anos também aumentou sua participação para 0,88%.

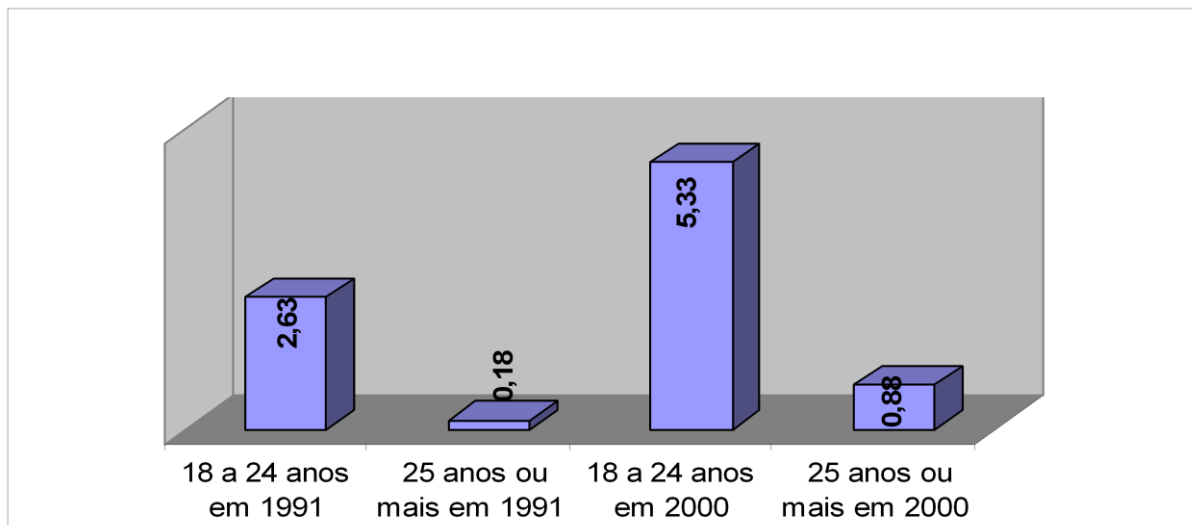


GRÁFICO 2 - PESSOAS QUE FREQUENTAVAM CURSO SUPERIOR EM PITANGA (EM % DA POPULAÇÃO MUNICIPAL) – 1991 E 2000
 FONTE: PNUD (2004)

Além desses dados, pode-se destacar os dados do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFD-M, daqui para adiante)¹³ que apresentam a mesma tendência de evolução verificada nos indicadores de desenvolvimento do município.

Em 2000, o IFD-M¹⁴ de Pitanga era de 0,61, o que correspondia a 208ª posição no estado e a 1.501ª posição no Brasil. Já a apuração do mesmo indicador

¹³ O IFD-M abrange, com igual ponderação, as três principais áreas de desenvolvimento humano, a saber: Emprego e Renda, Educação e Saúde. A leitura dos resultados – por áreas de desenvolvimento ou do índice final – é bastante simples, variando entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento da localidade.

em 2005, revelou um índice IFD-M de 0,65, o que nos permite concluir que as condições de educação, de saúde e de renda do município sofreram uma evolução positiva no período analisado.

Entretanto, mesmo com essa melhoria, o município caiu para a 280ª posição no estado e para a 1.888ª posição no Brasil. Isso por que todo o conjunto do país melhorou sua posição no *ranking*, e muitos dos municípios o fizeram em proporção maior do que Pitanga.

A Tabela 05, abaixo, mostra a participação de cada variável que contribuiu para evolução nesse indicador.

TABELA 05 – IFD-M DE PITANGA

ANO	IFD-M	Emprego e Renda	Educação	Saúde
2000	0,61	0,50	0,64	0,69
2005	0,65	0,47	0,70	0,78

FONTE: FIRJAN (2009)

Com base na tabela anterior, verifica-se que o indicador de emprego e renda teve participação negativa na composição do IFD-M de Pitanga.

No entanto, a Educação avançou significativamente, passando de 0,64 para 0,70. Isso quer dizer que as políticas voltadas para o estímulo da educação produziram efeito. A saúde também apresentou melhorias nesse mesmo período.

3.4 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES SOBRE O CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL

O Campus Avançado de Laranjeiras do Sul compreende basicamente a região denominada de Cantuquiriguaçu, composta pelos municípios de: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvras, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio

Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond. A população total da região é de 232.729 habitantes (Programa Territórios da Cidadania, 2009).

O curso superior cuja oferta é a mais antiga naquele campus avançado é o de Administração, ofertado desde 1999, e mantém uma concorrência média de 5,20 candidatos por vaga disponível, como mostra a Tabela 06, a seguir.

TABELA 06 - RELAÇÃO CANDIDATO/VAGA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL

Processo Vestibular	1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	2°	1°	2°	1°	2°	2°	2°	1°	2°	1°	2°	2°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	1°	2°	
Turno	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Vagas Oferecidas	30	15	15	15	15	40	40	20	20	20	20	40	40	20	20	20	20	20	20	20	20	
Inscritos	151	88	93	92	83	252	155	131	119	80	108	92	178	106	115	104	94					
Candidato/Vaga	5,03	5,9	6,2	6,1	5,5	6,3	3,87	6,6	6	4	5,4	2,3	4,45	5,3	5,8	5,2	4,7					

FONTE: COORPS/UNICENTRO (2009)

3.4.1 Perfil Socioeconômico de Laranjeiras do Sul

Assim como o Município de Pitanga, Laranjeiras do Sul localiza-se na mesorregião Centro-Sul paranaense. De acordo com o PNUD (2004), no período 1991-2000, a população de Laranjeiras do Sul teve uma taxa média de crescimento anual de 1,38%, passando de 26.659 habitantes, em 1991, para 30.025 habitantes, em 2000, ou seja, nesse mesmo ano, a população do município representava 0,31% da população do Estado do Paraná.

Essa taxa de crescimento populacional é derivada da queda da taxa de mortalidade infantil do município que diminuiu 62,15%. A queda foi de 53,93 (por mil nascidos vivos), em 1991, e de 20,41, em 2000. Paralelamente, a expectativa de vida cresceu 7,65 anos, partindo de 61,55 anos, em 1991, para 69,2, em 2000. É possível verificar, por meio desses dados, uma tendência de melhoria da qualidade de vida da população, percebida pela evolução positiva do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (PNUD, 2004). A renda per capita média do

município obteve um crescimento de 10,51%, no mesmo período, uma vez que ela, em 1991, era de R\$ 198,65, e, em 2000, subiu para R\$ 219,52. Em contrapartida, a pobreza¹⁵ diminuiu 24,23%, passando de 50,2%, em 1991, para 38,1%, em 2000. A origem do aumento da renda pode estar relacionada com o aumento dos níveis de escolaridade verificados no mesmo período (PNUD, 2004).

Diversos foram os avanços que contribuíram para que o IDH-M de Laranjeiras do Sul crescesse 11,39%, uma vez que saltou de 0,67, em 1991, para 0,75, em 2000. A dimensão que mais contribuiu para com esse crescimento foi a Longevidade, com 55,7%, seguida pela Educação, 37,0%, e pela Renda, com 7,4%. Verifica-se, assim, o importante papel que a educação vem assumindo na composição desse indicador (PNUD, 2004).

Segundo classificação do PNUD, o município estava entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8). Se comparado aos outros municípios do Brasil, Laranjeiras do Sul apresentava uma boa situação, ocupando a 1.782ª posição, com 32,3% dos municípios em situação melhor e 67,7% – o que corresponde a 3.725 municípios, em situação pior ou igual (PNUD, 2004).

Por outro lado, ao comparar-se o IDH-M de 2000 com os dos outros municípios do Estado do Paraná, Laranjeiras do Sul apresenta uma situação intermediária e ocupa a 148ª posição, com 36,8% dos municípios em situação melhor e 63,2 %, 251 municípios, em situação pior ou igual (PNUD, 2004).

Conforme observado anteriormente, o IDH-M evoluiu pelo fato de parte dessa contribuição ser derivada da educação.

Houve no município a melhoria em todos os indicadores de educação, seja do ensino Básico, do Fundamental, do Médio ou do Superior. Com foco no Ensino Superior, o Gráfico 3, a seguir, revela o percentual de pessoas que frequentavam curso superior em Laranjeiras do Sul nos anos de 1991 e 2000.

Observa-se que os jovens de 18 a 24 anos foram os que mais tiveram participação em 1991 – 1,8%, em relação aos de 25 anos ou mais – 0,07%. Por sua vez, no ano de 2000, o número de jovens de 18 a 24 anos que frequentavam curso superior subiu para 5,87% e a população acima de 25 anos também aumentou sua participação para 1,14%.

¹⁵ Medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50 – equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000.

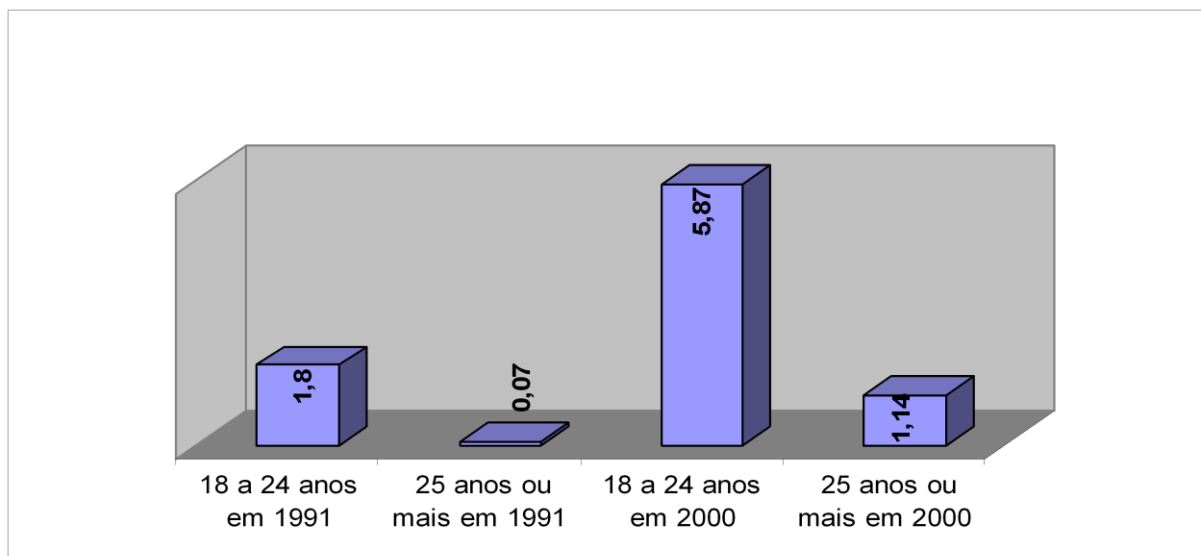


GRÁFICO 3 - PORCENTUAL DE PESSOAS QUE FREQUENTAVAM CURSO SUPERIOR EM LARANJEIRAS DO SUL NOS ANOS DE 1991 E 2000
 FONTE: PNUD (2004)

Além desses dados, pode-se destacar os dados do IFD-M que demonstram a mesma tendência de evolução nos indicadores de desenvolvimento do município.

Em 2000, o IFD-M de Laranjeiras do Sul era de 0,60, o que correspondia a 242ª posição no estado e a 1.710ª no Brasil. Já em 2005, o IFD-M melhorou para 0,64, o que garantiu ao município a posição no estado e a 2.106ª no Brasil, ou seja, uma variação de 6,4% em relação a 2001. Esses resultados demonstram que houve melhoria nesse indicador, porém, outros municípios do Paraná e do Brasil obtiveram melhores resultados e, conseqüentemente, melhoraram suas posições, assim como já foi esclarecido para o caso de Pitanga.

A Tabela 07, a seguir, mostra a participação de cada variável que contribuiu para com a evolução neste indicador.

TABELA 07 - IFD-M DE LARANJEIRAS DO SUL

ANO	IFD-M	Emprego e Renda	Educação	Saúde
2000	0,60	0,40	0,64	0,74
2005	0,64	0,42	0,70	0,79

FONTE: FIRJAN (2009)

Com base na Tabela 07, verifica-se que o indicador de emprego e renda teve participação positiva na composição do IFD-M de Laranjeiras do Sul. Paralelamente, observa-se que a educação avançou significativamente, passando de 0,64 para 0,70. Isso quer dizer que as políticas voltadas ao estímulo da educação produziram efeito. A saúde também apresentou melhorias nesse mesmo período.

No capítulo seguinte, apresentar-se-á a metodologia de trabalho que norteou a construção da base de dados utilizada para análise do impacto da inserção do Ensino Superior nos municípios de Laranjeiras do Sul e de Pitanga nos indicadores socioeconômicos dos egressos dos campi avançados da Unicentro.

4 METODOLOGIA

Para subsidiar este estudo sobre os efeitos socioeconômicos decorrentes da Educação Superior, realizou-se pesquisa de campo que compreendeu duas etapas. Na primeira, foram levantados dados secundários de investimento no Ensino Superior dos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul referentes ao período de 2005 a 2008. Na segunda etapa, foram considerados os dados relativos aos anos nos quais os cursos ofertados produziram egressos, a saber, o período compreendido entre 2003 e 2008 inclusive. Nessa fase, a pesquisa foi direcionada 1) ao grupo de egressos dos cursos superiores ofertados nos campi avançados da Universidade Estadual do Centro-Oeste (doravante, Unicentro) de Laranjeiras do Sul e de Pitanga – cujas informações cadastrais estavam disponíveis; e 2) à População Economicamente Ativa (PEA, daqui em diante) não-ingressante no Ensino Superior.

Por meio de coleta individualizada de informações junto ao grupo de egressos, a amostra analisada neste trabalho é composta pelos dados apresentados nas tabelas 08 e 09 distribuídos de acordo com o curso e o ano a que pertencem.

TABELA 08 - EGRESSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE LARANJEIRAS DO SUL

Curso	Ano						Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Administração	17	26	27	22	39	14	145
Ciências Contábeis	-	-	-	32	21	21	74
Pedagogia	44	53	49	31	35	33	245
Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa	-	-	-	29	27	31	87
Total de Egressos							551

FONTE: DIAP/DIRAC/PROEN/UNICENTRO (2009)

TABELA 09 - EGRESSOS DO CAMPUS AVANÇADO DE PITANGA

Curso	Ano						Total
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Administração				14	31	26	71
Ciências Contábeis	21	16	65	1			103
Pedagogia	40	50	42	36	36	32	236
História				34	22	30	86
Total de Egressos							496

FONTE: DIAP/DIRAC/PROEN/UNICENTRO (2009)

Como é possível observar nas tabelas 08 e 09, acima, a amostra é composta pelos alunos diplomados nos cursos de Administração, de Ciências Contábeis e de Pedagogia dos dois campi e, ainda, pelos egressos do curso de

Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa da Unicentro de Laranjeiras do Sul e os do curso de História do campus de Pitanga.

Ressalte-se que, para a realização da pesquisa, foi necessário inferir as respostas quanto aos efeitos socioeconômicos da formação superior oferecida nesses campi avançados. Essa aferição foi realizada tanto por curso – por meio da qual se pode, por exemplo, analisar diferenças nos resultados obtidos entre os cursos de bacharelado e de licenciatura, quanto de forma geral – avaliando-se aqui o efeito socioeconômico da formação superior oferecida pelos campi avançados no seu todo.

Para delimitação amostral, como se trata de variáveis discretas ou descontínuas, bem como se considera uma confiabilidade mínima de 95% e uma significância de 5% para as respostas, utilizou-se o seguinte algoritmo para dimensionamento da amostra:

$$\rightarrow n = N * n_0 / N + n_0 + 1$$

No qual:

n = Amostragem (número de egressos a ser pesquisado)

N = População (de egressos por curso)

$n_0 = 1 / e^2 \rightarrow$ (e = significância de 5,4% para confiabilidade estatística de 95%)

Foram considerados todos os cursos que apresentaram alunos formados de 2003 a 2008. Aplicou-se o estimador amostral à população total, obtendo-se, dessa forma, o número mínimo de 259 questionários a serem coletados. Esse número expressa confiabilidade estatística geral de 94,6% e significância de 5,4%, de modo que a amostra é capaz de representar o universo do qual foi extraída. A Tabela 10, a seguir, mostra o universo amostral. O instrumento de pesquisa, qual seja, o questionário, foi enviado a todos os indivíduos componentes do universo de egressos por meio do correio eletrônico, com auxílio do recurso de “mala direta”.

As listas de endereços eletrônicos foram obtidas nos bancos de dados da Unicentro, na direção dos campi avançados, nas chefias de departamentos pedagógicos e com auxílio dos representantes de turmas. O período de coleta compreendeu as duas últimas semanas do mês de abril de 2009 e compuseram as amostras aqueles egressos que retornaram os questionários respondidos no prazo especificado.

TABELA 10 - CENÁRIO AMOSTRAL

Curso	Campus	População	%	Amostragem
Administração	Laranjeiras do Sul	145	13,84	36
Ciências Contábeis	Laranjeiras do Sul	74	7,10	19
Letras Português e Literaturas de Língua Portuguesa	Laranjeiras do Sul	87	8,30	25
Pedagogia	Laranjeiras do Sul	245	23,40	60
Administração	Pitanga	71	6,78	18
Ciências Contábeis	Pitanga	103	9,83	26
História	Pitanga	86	8,21	22
Pedagogia	Pitanga	236	22,54	53
TOTAL		1047	100	259

FONTE: O autor (2009)

4.1 POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) NÃO-INGRESSANTE NO ENSINO SUPERIOR

Para efeito de comparação dos retornos socioeconômicos da Educação Superior, trabalhou-se com o perfil da PEA não-ingressante na universidade do Município de Laranjeiras do Sul, a partir do detalhamento apresentado na Tabela 11 a seguir:

TABELA 11 - CENÁRIO POPULACIONAL E AMOSTRAL DOS NÃO-INGRESSANTES NOS MUNICÍPIOS DE PITANGA E DE LARANJEIRAS DO SUL

População Total	PEA Total	% da PEA Total na faixa etária de 17 a 65 anos	PEA entre 17 e 65 anos	PEA amostral mínima
64.791	31.741	48,99%	18.878	304

FONTE: IBGE - Contagem da População em 2007

Para delimitação amostral dos não-ingressantes no Ensino Superior, considerou-se a PEA na faixa etária de 17 a 65 anos. Com isso, selecionou-se um grupo de 304 indivíduos pesquisados aleatoriamente com significância amostral de 5,7% e confiabilidade de 94,3%. Os questionários foram coletados por meio de entrevistas pessoais realizadas por alunos do último ano do curso de Administração dos campi avançados em foco, previamente selecionados e treinados para tal fim.

4.2 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS JUNTO AOS EGRESSOS

A finalidade principal da pesquisa de campo era a de coletar informações e dados que pudessem subsidiar a mensuração do impacto socioeconômico da formação superior nos egressos dos cursos ofertados nos campi de Laranjeiras do Sul e de Pitanga da Unicentro. Complementarmente, tais dados foram utilizados para o desenvolvimento de um estudo comparativo entre os resultados apurados e os resultados obtidos para os grupos de indivíduos não-ingressantes na universidade e de indivíduos portadores de ensino superior. Para tanto, o questionário aplicado foi construído considerando os fatores descritos no próximo item deste capítulo, como dicotomias estatísticas, isto é, variáveis de medida socioeconômica.

4.2.1 Fator explicado e fatores explicativos

O fator explicado e os fatores explicativos do retorno da Educação Superior foram definidos a partir da teoria de Jacob Mincer (1974), a qual estabelece as seguintes variáveis:

- 1) Renda salarial: variável endógena;
- 2) Anos de escolaridade: variável exógena; e
- 3) Anos de experiência no mercado de trabalho: variável exógena.

Os fatores explicativos complementares foram investigados com o propósito de ratificar a probabilidade de retorno da Educação Superior nas condições socioeconômicas e envolveram as seguintes questões:

1) Gênero, G. Caracterizada como variável qualitativa ou *dummy*,¹⁶ a qual receberá valores binários, isto é, 0 = masculino e 1 = feminino. A utilização desses parâmetros ajuda na identificação da distinção dos efeitos socioeconômicos para os

¹⁶ A variável *dummy* é uma variável qualitativa utilizada na estimação de um modelo econométrico.

egressos e para os não-ingressantes visto pressupor-se que sejam diferentes, conforme questão Q2 do instrumento de pesquisa¹⁷.

2) Empregabilidade, E. Condição de emprego do egresso e do não-ingressante, referenciada pelas questões Q5 e Q6 do questionário. Buscou-se identificar se houve melhoria no nível de empregabilidade do respondente. A variável empregabilidade é complementada pela informação do tempo de experiência no mercado de trabalho registrada em anos.

3) Renda, R. Condição de remuneração, medida por meio de salários mínimos em valor absoluto, do egresso e do não-ingressante no curso superior, e referenciada pelas questões Q8 e Q9 do instrumento de pesquisa. Busca identificar as condições de renda dos indivíduos (variável endógena, no modelo minceriano). A variável renda é, também, informada por meio do valor absoluto do salário percebido (Q10).

4) Escolaridade. Caracterizada pelo número de anos que o indivíduo frequentou o ensino formal. Esta variável caracteriza um dos fatores explicativos do modelo minceriano, referenciada pelas questões Q0 (Qual o curso superior obtido) e Q1 (Quantos anos de estudo).

5) Moradia, M. Condições de habitação, medidas por meio do tipo de moradia do egresso e do não-ingressante no curso superior, referenciada pelas questões Q11 e Q12 do instrumento de pesquisa. Buscou identificar as melhorias nas condições de habitação do respondente.

6) Saúde, S. Condições de acesso à saúde, medidas por meio do tipo de serviço médico e do plano de saúde utilizados pelos componentes das amostras, com vistas a identificar a que nível de serviços de saúde o respondente tem acesso – essa variável foi referenciada pelas questões Q13 e Q14.

7) Qualidade de Vida, Q. Com essa variável, procurou-se observar a evolução das melhorias das condições de vida com base na percepção do próprio respondente. Caracterizada pelas condições de desenvolvimento humano, essa variável pode ser medida por meio de uma escala que considera a qualidade de vida do egresso e do não-ingressante no curso superior como “insuficiente”, “suficiente com restrição” e “suficiente sem restrições” – foi referenciada pelas questões Q15 e Q16 do instrumento de pesquisa.

¹⁷ Os questionários utilizados estão nos Apêndices 1 (para portadores de diploma de curso superior) e 2 (para não-portadores de diploma de curso superior).

8) Bens de consumo duráveis, B. Carência ou disponibilidade de bens de consumo duráveis considerados como parâmetro de evolução econômica. Buscou-se identificar a melhoria na condição de renda ratificada pelo poder de compra. Essa melhoria pode ser medida pela aquisição de celular, de ar-condicionado e de microcomputador, por exemplo. Foi referenciada pelas questões Q17 e Q18.

9) Transporte, T. Meio de locomoção utilizado, medido por meio da tipificação do transporte utilizado (questões Q19 e Q20 do instrumento de pesquisa). Buscou-se identificar a melhoria na condição de renda por meio da categorização dos meios de transporte utilizados.

10) Conta Bancária, C. Utilizou-se esse indicador, pois, normalmente, está associado ao crescimento de renda, já que esse último leva o indivíduo a necessitar das organizações bancárias para receber, controlar e gastar seus recursos monetários. Serviu de base para as questões Q21 e Q22.

11) Lazer, L. Condições de lazer consideradas como parâmetro de evolução econômica, medido por meio da identificação e da tipificação da recreação desenvolvida – referenciada pelas questões Q23 e Q24.

12) Ganhos Socioeconômicos Individuais do Egresso: Impacto socioeconômico medido por meio de uma escala de 0 a 100%, sendo que, quanto mais próximo de 100%, melhores foram os ganhos socioeconômicos decorrentes da conclusão do curso superior. Os parâmetros, indicados na questão Q25, são subjetivos e medidos pelo próprio respondente.

4.2.2 Instrumento de coleta de dados primários junto aos não-ingressantes no curso superior

Para obtenção das informações sobre o grupo de não-ingressantes no Ensino Superior foi desenvolvido um segundo questionário¹⁸. Nesse instrumento, além das variáveis “renda salarial”, “anos de escolaridade” e “anos de experiência no mercado de trabalho”, foram introduzidas as variáveis complementares “gênero”, “empregabilidade”, “moradia”, “saúde”, “qualidade de vida”, “bens de consumo duráveis”, “transporte”, “conta bancária” e “lazer”, já explicitadas anteriormente.

¹⁸ Para maiores detalhes, remeto o leitor ao Anexo 2.

Para a análise, respeitou-se uma escala de relevância das respostas. Os níveis de resposta foram listados do menor para o maior, considerando o valor 1 como o mais baixo quanto às possibilidades de resposta apresentadas. Valores mais altos indicam maior nível socioeconômico do respondente, uma vez que demandam maior disponibilidade de renda.

Os parâmetros explicativos, listados anteriormente, foram escolhidos com o intuito de se obter indicadores acerca da evolução da qualidade de vida socioeconômica dos indivíduos não-portadores de diploma de ensino superior, a fim de gerar possíveis comparações nas condições socioeconômicas desses respondentes, com aquelas verificadas junto aos egressos.

4.2.3 Modelo Minceriano

Com a finalidade de mensurar o retorno da Educação Superior, trabalhou-se com o modelo de Jacob Mincer (1974) que em sua modelagem básica considera que a renda é uma função dos anos de escolaridade e do tempo de experiência no mercado de trabalho.

O mesmo modelo foi estimado para as categorias de portadores de diploma superior e para os não-ingressantes no Ensino Superior, para fins de comparação entre as duas categorias.¹⁹ Tem-se, assim, o seguinte modelo especificado:

$$Y = f(AE, AX)$$

$$\text{Ln}Y = b_0 + b_1AE + b_2AX^2 + b_3AX^2 + \mu$$

Onde:

→ $\text{Ln}Y$ caracteriza a variável (endógena) a ser explicada por meio do “Logaritmo da Renda”. O dado observado dessa variável corresponde ao salário percebido pelos indivíduos nas categorias de egresso e não-ingressante. Cabe ressaltar que o

¹⁹ Utilizou-se o Método dos Mínimos Quadrados Ordinários com regressão para um modelo linear múltiplo (cfe. Wooldridge 2006). Para avaliação do referido modelo, foi utilizado o Pacote Sisvar, Versão 5.0.

retorno do tempo de experiência e escolaridade à renda pode ser constante, crescente ou decrescente – razão de sua forma logarítmica;

→ AE caracteriza uma das variáveis (exógenas) explicativas, observada por meio dos anos de escolaridade. O dado observado dessa variável corresponde ao número de anos que o indivíduo egresso ou não-ingressante no Ensino Superior frequentou a educação formal. Cabe ressaltar que todos os egressos pesquisados foram formados pela Unicentro. Como se está estimando o modelo econométrico levando em consideração que a variável explicativa é medida por meio do Ln , a influência dos anos de estudo poderá ser interpretada de forma relativa;

→ AX e AX^2 caracterizam uma das variáveis(exógenas) explicativas, observada por meio dos anos de experiência no trabalho. A razão para a adoção da forma polinomial reside na hipótese de que pequenas variações no tempo de experiência podem não ser sentidas, mas, grandes variações na experiência influenciam, num primeiro momento, aumentos na renda salarial, embora cada vez menores com o decorrer do tempo, indicando que b_3 , pode apresentar uma relação matemática negativa, ao contrário das relações matemáticas de b_1 e b_2 ;

→ α caracteriza a variável constante ou autônoma do modelo, configurando a renda quando $b_1=0$ e $b_2=0$;

→ μ caracteriza o termo aleatório do modelo, o qual, de acordo com Mincer, especifica, no caso dos fatores exógenos, as habilidades e as competências individuais, a qualidade da educação e os desequilíbrios conjunturais na economia, além de *outliers*, ou seja, de acordo com Matos (1997), as observações que se comportam diferentemente das demais em virtude de acontecimentos ou de características específicas associadas a essas unidades de observação.

4.2.4 Análises quantitativas complementares

4.2.4.1 A partir de dados primários

As respostas quanto aos fatores determinantes para os ganhos socioeconômicos dos egressos também foram processadas por meio da estatística descritiva, considerando os dados complementares referentes a gênero,

empregabilidade, moradia, saúde, qualidade de vida, bens de consumo duráveis, transporte, conta bancária e lazer.

Dessa forma, utilizou-se a porcentagem de respostas no “nível de melhor qualificação do fator”. Os fatores socioeconômicos foram comparados entre não-ingressantes no Ensino Superior no tempo “t” e portadores de diploma de Ensino Superior nos tempos “t-1” e “t”. A tabulação foi processada utilizando a média, a moda, o coeficiente de variação, mínimo e o máximo e consta do Anexo 3.

4.2.4.2 A partir de dados secundários

Os dados secundários de investimentos públicos no Ensino Superior nos municípios de Laranjeiras do Sul e de Pitanga, tanto dos governos municipais quanto do Estadual, e seu retorno socioeconômico, também foram analisados. Para tanto, foi utilizada a medida absoluta do investimento municipal no Ensino Superior e sua relação com o Produto Interno Bruto (doravante, PIB) e os formados. Os valores reais foram do investimento municipal e do PIB foram estimados levando-se em consideração o acumulado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) referente ao período de 2003 a 2008.

Nesse sentido, a discussão acerca da relação entre a Educação Superior e a melhoria do nível de renda foi traçada a partir da análise dos apontamentos derivados das teorias de desenvolvimento e dos retornos da educação, tendo como suporte, ainda, a literatura que mensura a influência do retorno da Educação Superior nas condições de renda do indivíduo e nas condições de desenvolvimento da região.

Os resultados alcançados por meio de análises estatísticas, descritas ao longo deste capítulo, serão apresentados e discutidos com base no Modelo Minceriano no Capítulo 5 a seguir. De modo complementar e descritivo, os indicadores obtidos neste trabalho sobre as condições socioeconômicas do grupo de indivíduos egressos dos cursos em análise serão comparados com os que apresentam as condições socioeconômicas evidenciadas na amostra de não-portadores de diploma de Ensino Superior.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISES DO MODELO MINCERIANO PARA PITANGA E LARANJEIRAS DO SUL

O foco da análise da presente pesquisa está na economia do trabalho à luz de Jacob Mincer, que buscou explicar diferenciais de renda a partir dos salários. Nesse sentido, Card (1999) aponta que estudos que relacionam educação a rendimentos se baseiam quase sempre e fortemente nos modelos de Mincer.

De acordo com Mincer (1974), o retorno da educação considera a influência da educação no salário dos indivíduos juntamente com o impacto que é causado nos ganhos salariais por meio do aprimoramento da experiência no trabalho. Dessa forma, o modelo de Mincer para nosso estudo foi especificado e estimado, conjuntamente, para não-ingressantes no Ensino Superior e para egressos dos cursos superiores ofertados pela Unicentro nos campi de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, por meio da seguinte equação:

$$\ln Y = b_0 + b_1AE + b_2AX + b_3AX^2 + \mu$$

Dessa forma, o Logaritmo Neperiano de Y é a renda salarial decorrente dos anos de estudo AE , e da experiência no trabalho AX , e μ é o termo estocástico, o qual representa a influência do termo aleatório.

O modelo pressupõe que os anos adicionais de escolaridade e de experiência no trabalho acarretam aumento nos salários, isto é, os coeficientes b_1 e b_2 são positivos. No entanto, aumentos causados pelo acúmulo de experiência estão sujeitos a retornos decrescentes, ou seja, o coeficiente b_3 tende a ser negativo, implicando em uma função parabólica, côncava em AX . Isso quer dizer que os incrementos salariais causados por aumento da experiência tendem a ser positivos, a taxas decrescentes, ou seja, cada vez menores com o decorrer do tempo.

Conforme França, Gaspari e Loureiro (2005), o resíduo μ , na equação, é composto por fatores que Mincer (1974) ressaltou como sendo capazes de

influenciar na renda obtida pelo indivíduo, como, por exemplo, as habilidades e as características pessoais e o nível de qualidade da educação, de difícil mensuração. Os autores ressaltam, ainda, que uma limitação da aplicação do Método dos Mínimos Quadrados é que pode haver um viés nos coeficientes estimados devido à não-inclusão de mais variáveis que podem afetar a renda do indivíduo e à endogeneidade da educação.

O modelo de Mincer estimado para os campi avançados da Unicentro, instalados nos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, apresentou os coeficientes constantes da Tabela 12, a seguir:

TABELA 12 - RESULTADOS DO MODELO ECONOMETRICO MINCERIANO NÃO-LINEAR

PARÂMETROS	MODELO PITANGA	MODELO LARANJEIRAS DO SUL	MODELO GERAL (PI e LS)
R ² AJUSTADO	0,1789	0,3586	0,2695
CV	10,49%	8,89%	9,66%
b ₁ (ESTUDO)	0,0895	0,1086	0,1002
Teste t b ₁	6,1229	9,4259	10,987
b ₂ (EXPERIÊNCIA)	0,0677	0,0654	0,0669
Teste t b ₂	3,7562	4,7214	6,009
b ₃ (EXPERIÊNCIA ²)	-0,0011	-0,0008	-0,0009
Teste t b ₃	-1,9475	-1,8784	-2,7189
Teste F	20,8996	56,1573	71,2358
Retorno Estudo ¹	9,36%	11,47%	10,54 %
Retorno Experiência	6,88%	6,76 %	6,92%

¹ - Retorno por ano a mais de estudo.

² - Retorno por um ano de experiência, ingressante no mercado de trabalho.

Legenda: NI = Não-ingressante; EG = Egresso; CV = Coeficiente de Variação

FONTE: Elaborado pelo autor (2009)

O modelo de Mincer foi estimado para a amostragem de não-ingressantes e de egressos dos cursos da Unicentro nos municípios acima mencionados, bem como para o total amostral, denominado de modelo geral, incluindo os dois municípios.

Observando os parâmetros estimados da Tabela 12, acima, verificou-se que o maior coeficiente de determinação ajustado, R², foi encontrado para o campus de Laranjeiras do Sul, o qual foi de 35,86% para o conjunto de não-ingressantes e egressos. O coeficiente de determinação de Pitanga foi de 17,89%. O R² de Pitanga ficou abaixo do encontrado por Mincer (1974), o qual foi de 28,50%. Tanto Pitanga quanto Laranjeiras do Sul apresentaram o R² abaixo do encontrado para o Brasil por Senna (1976) e para a região metropolitana de Porto Alegre por Chaves (2002), os quais foram, respectivamente, de 43,73% e 40,10%, usando a mesma equação,

bem como abaixo do encontrado por Salvato e Silva (2009) para Belo Horizonte que foi de 36,03%. O R^2 mede o poder explicativo das variáveis exógenas, ou seja, estima a porcentagem do logaritmo da renda do trabalho que é explicada pela variação dos anos de estudo e pelos anos de experiência.

As diferenças encontradas quando se compara os coeficientes de determinação identificados para Laranjeiras do Sul e para Pitanga podem ter sido causadas pela heterogeneidade dos dados. A escolaridade e a experiência profissional dos indivíduos são muito variadas, assim como o porte socioeconômico dos municípios pesquisados, uma vez que esses se apresentam como pequenos municípios – diferentemente, de Porto Alegre ou de Belo Horizonte que são áreas metropolitanas com incremento industrial. Contudo, a comparação serve de base numérica.

Aos modelos de Mincer para os municípios em análise, bem como para o geral, foi aplicado o teste “F”²⁰, que mostrou a significância conjunta das variáveis exógenas para explicar o comportamento da endógena, e os testes t ²¹ para os parâmetros explicativos, o qual avaliou os efeitos estatísticos individuais dos parâmetros explicativos. Os testes avaliativos foram empreendidos ao nível de 95% de confiabilidade e 5% de significância.

No caso dos municípios que compuseram o espelho amostral da pesquisa, tanto os anos de estudo quanto os anos de experiência apresentaram efeitos estatísticos, individuais e conjunto, ao nível de 5% de significância. A única variável que não apresentou efeito foi o retorno decrescente decorrente da experiência, b_3 , visto que essa influência da experiência ainda não configura o mercado de trabalho dos respectivos municípios.

Os parâmetros encontrados estão de acordo com o esperado, dado que Mincer (1974) ressalta que o coeficiente da escolaridade e o da experiência são maiores que zero, isto é, positivos e o da experiência ao quadrado, negativo.

Para medir o retorno do investimento municipal na Educação Superior, medido por meio do seu efeito nos rendimentos salariais dos não-ingressantes e dos egressos, conjuntamente, dos campi em foco, usou-se o

$$\{[\exp(b_1) - 1].100\}$$

²⁰ Teste de Fisher ou Snedecor, o qual avalia a influência conjunta das variáveis explicativas sobre a variável explicada, a um determinado nível de confiabilidade estatística e nível de significância.

²¹ Teste t de Student: avalia a confiabilidade estatística dos parâmetros explicativos do modelo.

No caso de Pitanga, para cada ano a mais de escolaridade houve um incremento de renda salarial na ordem de 9,36%. No caso de Laranjeiras do Sul, o retorno da educação foi de 11,47% para cada ano a mais de estudo. Esse foi o município com maior retorno e o que mais se aproximou do coeficiente encontrado por Mincer (1974) – de 11,29%. Contudo, esses valores ficaram abaixo do encontrado por Salvato e Silva (2009) para Belo Horizonte, que foi de 16,15%. Barbosa Filho e Pessôa (2008) apuraram retornos da Educação Superior, na média nacional, de 18,90% para o ano de 2004.

Os retornos baixos para os anos de estudos podem revelar um excedente de recursos humanos qualificados e retornos altos podem revelar escassez de recursos humanos qualificados. Dessa forma, comparando-se os resultados entre Pitanga e Laranjeiras do Sul, inferiu-se que o município de Pitanga apresentou, relativamente, um excedente de mão-de-obra qualificada pelo Ensino Superior, enquanto Laranjeiras do Sul apresentou certa escassez de profissionais egressos do Ensino Superior. Visto que Laranjeiras do Sul apresentou retorno da educação 22,54% superior ao do município de Pitanga, apesar de Laranjeiras do Sul ter apresentado um retorno 68,69% inferior à média nacional de 18,90% citada por Barbosa Filho e Pessôa (2008).

Levando em consideração os dois municípios conjuntamente, o retorno da educação foi da ordem de 10,54% para cada ano a mais de estudo. Nesse sentido, infere-se que os campi de Pitanga e de Laranjeiras do Sul têm contribuído para a melhoria dos salários dos indivíduos.

Em um exercício para medir o impacto da Educação Superior, por meio das ofertas dos cursos da Unicentro nos campi avançados e não levando em consideração os retornos decrescentes da educação, faz-se

$$\{[\exp(b_1 \cdot \text{anos de estudo}) - 1] * 100\}$$

Supondo que em média o egresso levou 4 anos, de forma regular, para se formar, tem-se um retorno de 42,16% superior aos não-ingressantes.

Menezes Filho (2008) ressalta que, embora os retornos econômicos da educação no Brasil, em termos salariais, estejam entre os mais elevados do mundo, esses vêm diminuindo ao longo do tempo. Isso, segundo ele, pode ser explicado

pelo próprio processo de expansão educacional, uma vez que, ao aumentar a oferta de pessoas com melhor educação formal, a diferença salarial entre essas e aquelas pessoas com nenhuma ou baixa qualificação diminui.

Pereira (2001, p.22) também corrobora a afirmação dos retornos decrescentes da educação:

Os anos adicionais de estudo e de experiência no trabalho proporcionam rendimento mais elevado, sujeito a retorno decrescente a partir de certo período. No início da vida útil do trabalhador, os salários aumentam de forma crescente devido ao maior nível de produtividade do trabalho, proveniente da educação e também da acumulação da experiência. Em segundo momento em função da obsolescência e da depreciação do estoque de capital humano, os aumentos ocorrem de forma decrescente.

No tocante ao retorno da experiência, o acréscimo na renda salarial é dado por

$$\{\exp(b_2 + b_3 \cdot \text{Anos de experiência}) - 1\} * 100\}$$

Nesse caso, os dois municípios pesquisados apresentaram estimativas semelhantes, haja vista que o retorno de Pitanga foi de 6,88% e o de Laranjeiras do Sul de 6,76%, supondo que o indivíduo tenha um ano de experiência, isto é, quando o indivíduo inicia sua atuação no mercado de trabalho.

O retorno por meio da experiência foi menor do que o encontrado por Mincer (1974) em suas pesquisas, o qual foi de 8,44% para os anos iniciais após a conclusão do período escolar e maior do que o coeficiente encontrado por Salvato e Silva (2009) que foi de 4,7%.

Os coeficientes de retorno indicam a existência de um retorno positivo aos investimentos realizados nos campi avançados da Unicentro ao identificar que cada ano a mais de educação formal está diretamente associado a um acréscimo à renda salarial.

O incremento socioeconômico também foi analisado por meio de tabulação dos dados primários da pesquisa de campo, com o auxílio da estatística descritiva, a qual será apresentada no tópico seguinte.

5.2 ANÁLISES SOCIOECONÔMICAS COMPLEMENTARES PARA PITANGA E PARA LARANJEIRAS DO SUL

Complementarmente ao levantamento dos dados necessários à estimação dos retornos da educação por meio do Modelo Minceriano, foram coletados dados acerca de algumas variáveis pré-estabelecidas. A síntese dos resultados analíticos dos não-ingressantes e dos egressos encontra-se anotada na Tabela 13. Nessa tabela, foram utilizados os valores mais altos em cada escala de respostas, exceto para a questão do emprego, em que foi inserido, também, o valor “trabalho com carteira assinada”.

TABELA 13 - SÍNTESE DA ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DESCRITIVA DA PESQUISA DE CAMPO

CATEGORIA	DICOTOMIA	NÃO-INGRESSANTES (NI)	EGRESSOS (E)		VARIAÇÃO
		t (%)	t-1 (%)	t (%)	Ni _t / E _t (%)
Emprego	6 e 7 – CTPS , profissional liberal/ empresário	44,66	33,71	74,24	66,24
Renda	15 – Mais que R\$ 3.000,00	1,29	1,52	6,82	428,68
Moradia	4 – Casa Própria	43,37	12,5	28,79	-33,62
Saúde	3 – Plano de Saúde Privado	20,71	10,98	32,58	57,32
Qualidade de Vida	3 – Suficiente Sem Restrições	NP	9,85	25	-
Bens	4 – Todos	58,25	8,71	64,02	9,91
Transporte	5 – Carro Próprio	49,84	24,62	59,85	20,08
Conta Bancária	2 – sim	57,93	48,11	93,56	61,51
Lazer	10 – viagem ao Exterior	0,32	1,52	1,89	490,63

Legenda: NP - Não perguntado

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

Os dados obtidos junto aos não-ingressantes e aos egressos dos cursos superiores da Unicentro, ofertados nos campi de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, revelaram a evolução socioeconômica desses indivíduos a partir das respostas de maior escala ou significação, configuradas da seguinte forma: i) emprego: indivíduos com carteira de trabalho assinada, como profissional liberal ou empresário; ii) emprego: pessoas que ganham mais de R\$ 3.000,00; iii) moradia: indivíduos com

casa própria; iv) saúde: respondentes portadores de plano de saúde privado; v) qualidade de vida: configurada como suficiente sem restrições; vi) bens: indivíduos que possuem celular; ar-condicionado, microcomputador ou que tinham todos; vii) transporte: pessoas que possuem carro próprio para locomoção; viii) conta bancária: evolução do número de correntistas; e ix) lazer: pessoas com condições de viajar a passeio ao Exterior.

Os valores relativos, mensurados de acordo com a comparação das respostas dadas pelos não-ingressantes e pelos egressos, mostraram que os maiores ganhos em função do Ensino Superior se deram na condição de lazer, de renda e de emprego.

A única categoria que apresentou uma evolução negativa, na comparação de não-ingressantes e de egressos, foi relativa ao tipo de moradia, a qual foi na ordem de -33,62%. Tal situação justifica-se por força de que os estudantes universitários moram com os pais. Adicionalmente, em média, 59,47% dos respondentes não-ingressantes e 44,32% dos egressos estão começando no mercado de trabalho sem terem condições financeiras para adquirir um imóvel. Pode-se sugerir também que, no Brasil, há tendência de os filhos saírem da casa dos pais cada vez mais tarde.

Quando se observa, comparativamente, os dados obtidos por meio da manipulação do Modelo Minceriano e os dados complementares apresentados, vê-se que os anos de estudo parecem influenciar na geração de um diferencial de renda e de melhoria das condições socioeconômicas dos indivíduos, sendo que a média do nível socioeconômico dos não-ingressantes quanto às categorias escolares mais altas foi de 34,55% e a dos egressos aumentou para 42,97%. Dessa forma, inferiu-se que houve uma melhoria de 8,42% nas condições ótimas socioeconômicas, o que permite ressaltar que os investimentos em Ensino Superior realizados nos campi avançados da Unicentro estão contribuindo positivamente para com o desenvolvimento socioeconômico dos municípios onde estão instalados e das regiões circunvizinhas.

Resumidamente, cabe lembrar aqui a afirmação de Souza e Oliveira (2006) ao registrar que pessoas com mais instrução tendem a ganhar mais em relação àquelas com menor escolaridade. Segundo o autor:

(...) As regiões que mantiverem investimentos crescentes na ciência básica e aplicada, na descoberta de novos produtos e novos processos de trabalho, bem como em educação e saúde de sua população, deverão crescer mais rapidamente.

O efeito da Educação Superior nos pequenos municípios também pode ser analisado por meio de fatores socioeconômicos secundários como os indicadores de desenvolvido e crescimento econômico, o que se fará no tópico seguinte.

5.3 ESTUDO SOCIOECONÔMICO DESCRITIVO-COMPARATIVO

Este tópico tem por finalidade abordar de forma descritiva os parâmetros socioeconômicos comparativos entre os não-ingressantes e os egressos do Ensino Superior da Unicentro para os municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, cujo processamento geral apresenta-se no Anexo 3 deste trabalho. O primeiro parâmetro analisado foi o gênero, conforme Tabela 14 abaixo.

TABELA 14 - COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE GÊNERO

GÊNERO	NÃO-INGRESSANTES	EGRESSOS
Feminino	49%	61%
Masculino	51%	39%

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

Os dados da Tabela 14 revelam que a caracterização de gênero segue a tendência brasileira, ou seja, o número de egressos do sexo feminino é maior do que o do sexo masculino. No caso da comparação entre não-ingressantes e egressos, as mulheres responderam por 61% dos diplomados contra 49% dos não-ingressantes. Já os homens totalizaram 39% dos egressos contra 51% dos não-ingressantes. Essa situação revela o avanço da participação feminina na melhoria das condições socioeconômicas em municípios de pequeno porte, o que é explicado pela maior participação na demografia.

No caso do parâmetro estudo e/ou escolaridade, investigou-se por meio da pesquisa de campo os números de anos em que o indivíduo frequentou a escola, bem como o grau de escolaridade, cujos dados constam da Tabela 15, abaixo.

TABELA 15 - COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE ESCOLARIDADE

PARÂMETRO	NÃO-INGRESSANTES	EGRESSOS
Média de anos de Estudo	11	16
Padrão de Escolaridade	Ensino Médio	Ensino Superior

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

Conforme dados apresentados na Tabela 15, observou-se que a média de anos de estudo dos não-ingressantes foi de 11 anos, superior à média nacional, a qual, segundo o IBGE (2007), é de 7,2 anos entre as pessoas com mais de 15 anos. Observou-se, também, que não houve grande dispersão nas respostas, isto é, o coeficiente de variação foi de 20% em relação à média, mostrando um padrão de respostas que revelou uma homogeneidade nos anos de estudo.

A pesquisa de campo também procurou investigar a idade dos indivíduos não-ingressantes e egressos cujos dados compõem a Tabela 16, apresentada na sequência.

TABELA 16 - COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE IDADE

PARÂMETRO	NÃO-INGRESSANTES	EGRESSOS
Média de idade	23 anos	28 anos
Padrão de idade	16 a 20 anos	26 a 30 anos

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

No caso da idade, de acordo com dados da Tabela 16, percebe-se que a faixa etária, tanto dos não-ingressantes quanto dos egressos, é baixa, isto é, a média de idade dos não-ingressantes foi de 23 anos para um padrão de 16 a 20 anos e dos egressos a média foi de 28 anos, para um padrão de 26 a 30 anos. A divergência da média em relação à moda no caso dos não-ingressantes se deu em virtude do alto coeficiente de variação, o qual foi de 59,3%, representando uma grande dispersão nas respostas quanto à idade no intervalo de 16 a 65 anos. Contudo, o jovem característico dos não-ingressantes e dos egressos é explicado pela população ainda jovem dos municípios investigados, na qual, segundo o IBGE (2009), a faixa etária de 1 a 49 anos corresponde a 80% da população. Contudo, observando o padrão de idade dos não-ingressantes representado pela moda estatística das

respostas, infere-se que os não-ingressantes configuram uma potencial demanda para o Ensino Superior.

O parâmetro de emprego foi caracterizado pelo padrão de empregabilidade e pelos anos e padrão de experiência, os quais também foram pesquisados e sua comparação entre não-ingressantes e egressos estão expressos na Tabela 17.

TABELA 17 - COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE EMPREGABILIDADE

PARÂMETRO	NÃO-INGRESSANTES	EGRESSOS
Padrão de empregabilidade	Trabalho com CTPS assinada	Trabalho com CTPS assinada
Média de experiência	10 anos	8 anos
Padrão de experiência	8 anos	4 anos

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

No caso do parâmetro de emprego constante da Tabela 17, observou-se que o padrão de empregabilidade foi igual para as categorias de não-ingressantes e egressos – ambas apresentaram trabalho com CTPS assinada. Contudo, a variabilidade foi maior para a amostra dos não-ingressantes com um coeficiente de variação de 53,45% contra 37,48% dos egressos. Isso demonstra que ocorreu uma heterogeneidade de respostas abrangendo as condições de desempregado, sem carteira assinada, autônomo, estagiário, aposentado, profissional liberal e empresário. Quanto aos anos e ao padrão de experiência, a média também não divergiu muito, ficando em 10 e 8 anos, respectivamente. Entretanto, o coeficiente de variação dos egressos foi de 71,46%, revelando uma dispersão na experiência no intervalo 1 a 32 anos, acompanhado da faixa etária.

Para o parâmetro socioeconômico de renda, foi investigado o nível salarial individual medido em escala de reais e em valor médio, mínimo e máximo absolutos, conforme a Tabela 18.

TABELA 18 - COMPARAÇÃO DO PARÂMETRO DE RENDA

PARÂMETRO	NÃO-INGRESSANTES	EGRESSOS
Padrão de renda salarial	De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	R\$ 1001,00 a R\$ 1250,00
Média de renda salarial	R\$ 876,66	R\$ 1.575,38
Renda salarial mínima	R\$ 150,00	R\$ 0,00
Renda salarial máxima	R\$ 3.750,00	R\$ 7.500,00

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

Observando os dados da Tabela 18, observou-se que o incremento na média de renda salarial entre os não-ingressantes e egressos foi de 79,70%, ou seja, uma melhoria na renda salarial de R\$ 698,72. A renda salarial máxima do egresso representou 2 vezes a renda do não-ingressante. O padrão escalar de renda também apresentou um incremento de 40% para os egressos em relação aos não-ingressantes.

Ao relacionar a renda salarial com os anos de estudos, numa razão matemática da variação absoluta da renda com a variação dos anos de estudo, infere-se que para cada ano a mais de estudo os indivíduos dos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul ganham 20% a mais a cada ano de estudo, ou seja, um incremento de R\$ 139,74. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (doravante FGV, 2008), a média salarial sobe de R\$ 392,14 para R\$ 4.454,69 na comparação entre trabalhadores não-qualificados e qualificados, sendo que a média da taxa de ocupação para as pessoas que nunca estudaram é de 59% e de 90% para pessoas com 18 anos de estudo. Ainda segundo a FGV (2008), quem completou o ensino fundamental tem 35% a mais de chances de ocupação do que um analfabeto; o número sobe para 122% na comparação com alguém que tenha o ensino médio, 387% com o ensino superior e 522% para quem tem pós-graduação. No caso dos municípios referidos acima, a taxa de ocupação foi de 90% para os egressos e de 84% para os não-ingressantes.

A pesquisa de campo ainda investigou os parâmetros de moradia, de acesso à saúde, de qualidade de vida, de bens, de condições de transporte, de conta corrente e de lazer, os quais são apresentados na Tabela 19 abaixo.

TABELA 19 – COMPARAÇÃO DE PARÂMETROS DIVERSOS

PARÂMETRO	NÃO INGRESSANTES	EGRESSOS
Padrão de moradia	Casa própria	Casa alugada
Padrão de acesso à saúde	Dependência do SUS	Dependência do SUS
Padrão de qualidade de vida	Não informado	Suficiente, com restrições
Padrão de bens	C/microcomputador	C/microcomputador
Padrão de transporte	Carro próprio	Carro próprio
Padrão bancário	Tem conta corrente	Tem conta corrente
Padrão de lazer	Assistir TV em casa	Ler livro, revista ou jornal

FONTE: Pesquisa de campo (2009), elaborado pelo autor

Com relação aos parâmetros diversos, pode-se notar por meio dos dados da Tabela 19 que não houve diferenças entre os padrões, à exceção da condição de moradia, caracterizada como casa própria para os não-ingressantes e casa alugada para os egressos. Essa condição justifica-se pela necessidade que os egressos têm de morar sozinhos, pois estão começando uma nova vida, com independência financeira e da casa dos pais. Outra diferença foi observada no padrão de lazer, na qual os não-ingressantes preferem assistir TV em casa e os egressos preferem ler livros, revistas ou jornais dada a exigência de informações aplicadas profissionalmente.

E, por fim, outro parâmetro importante pesquisado foi o nível de ganho obtido na condição socioeconômica ao concluir o curso superior. Nesse sentido, 72% dos egressos responderam que houve um ganho de 80%, considerando uma escala de 0% a 100%.

5.4 INVESTIMENTO MUNICIPAL NO ENSINO SUPERIOR

Este tópico tem por finalidade apresentar a relação do investimento municipal com Ensino Superior e do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul.

A evolução dos indicadores do PIB e do valor adicionado do município de Pitanga consta da Tabela 20.

TABELA 20 - INDICADORES ECONÔMICOS DE PITANGA REFERENTES A 2002-2006

Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	Variação % (2002-2006)
Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1.000,00)	181.114	241.509	247.023	251.571	255.931	41,31
Produto Interno Bruto per Capita (R\$ 1,00)	5.133	6.888	7.091	7.269	7.444	45,02
Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos – Total (R\$ 1.000,00)	169.637	226.591	231.256	233.792	238.320	40,49

FONTE: IPARDES (2009)

Por meio dos dados da Tabela 20, observa-se que houve um crescimento a taxas crescentes do PIB de Pitanga, no período de 2002 a 2005, na ordem de 41,31%, acompanhado pelo crescimento no PIB per capita e do valor adicionado, em 45,02% e 40,49%, respectivamente.

Para fins de comparação do investimento realizado pela Prefeitura Municipal de Pitanga no Ensino Superior em relação ao crescimento do PIB, buscou-se a série de gastos realizados no período de 2003 a 2008, conforme Tabela 21.

TABELA 21 - GASTO DO MUNICÍPIO DE PITANGA COM ENSINO SUPERIOR NO CAMPUS AVANÇADO E SUA RELAÇÃO COM O PIB

Ano	Gasto nominal	PIB nominal (R\$)	Gasto/PIB (%)	Formados	Custo egresso(R\$)
2003	271.556,00	241.509.000,00	0,112	61	4.451,73
2004	245.716,00	247.023.000,00	0,099	66	3.722,97
2005	187.073,08	251.571.000,00	0,074	107	1.748,35
2006	332.939,71	255.931.000,00	0,130	85	3.916,94
2007	358.766,80	260.962.000,00*	0,138	89	4.031,09
2008	364.427,46	265.743.400,00*	0,137	88	4.141,22
Total nominal	1.760.479,05	1.522.739.400,00	0,115	496	3.549,35
Total real	1.024.246,72*	885.929.782,90*			2,065,02**

(*) Valores estimados.

(**) Valores reais deflacionados com base do acumulado do IPCA de 2003 a 2008 conforme taxa acumulada de 41,82%.

FONTE: Prefeitura Municipal de Pitanga (2009)

Por meio dos dados da Tabela 21, observou-se que o Governo Municipal de Pitanga gastou, em média, R\$ 170.707,79 por ano, em valores reais, no campus avançado do município, o que representou um investimento médio anual de 0,115% do PIB. Enquanto o Produto Interno Bruto nominal de Pitanga cresceu, no período 2003-2008, 10,03%, o gasto nominal com Ensino Superior aumentou 34,20% no mesmo período.

Analisando a evolução do número de formados por ano, no período de 2003 a 2008, verificou-se que o custo-egresso médio anual nominal foi de R\$ 3.549,35 e o real foi de R\$ R\$ 2.065,02. Dessa forma, um aluno regular, que conseguiu se formar em 4 anos, custou ao cofre público municipal o equivalente médio a R\$ 14.197,40 em valor nominal e R\$ 8.260,05 em valor real.

No caso do município de Laranjeiras do Sul, a evolução dos indicadores do PIB a preços correntes, do PIB per capita e do valor adicionado a preços básicos constam da Tabela 22.

TABELA 22 - INDICADORES ECONÔMICOS DE LARANJEIRAS DO SUL REFERENTES A 2002-2006

Categoria	2002	2003	2004	2005	2006	Variação % (2002-2006)
Produto Interno Bruto a preços correntes (R\$ 1,00)	147.321	191.777	186.946	197.979	209.825	42,43
Produto Interno Bruto per capita (R\$ 1,00)	4.887	6.352	6.182	6.537	6.917	41,54
Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos – Total (R\$ 1.000,00)	135.464	177.272	172.405	181.668	193.130	42,57

FONTE: IPARDES (2009)

Por meio dos dados da Tabela 22, observa-se que houve um crescimento a taxas crescentes do PIB de Laranjeiras do Sul, no período de 2002 a 2005, na ordem de 42,43%, acompanhado pelo crescimento do PIB per capita e do valor adicionado, em 41,54% e 42,57%, respectivamente.

Para fins de comparação do investimento realizado pela Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul no Ensino Superior, em relação ao crescimento do PIB, buscou-se a série de gastos nominais realizados no período de 2003 a 2008, bem como a relação gasto/PIB, o número de formados e o custo-egresso conforme dados apresentados na Tabela 23.

TABELA 23 - GASTO DO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL COM ENSINO SUPERIOR NO CAMPUS AVANÇADO E SUA RELAÇÃO COM O PIB

Ano	Gasto nominal (R\$)	PIB nominal (R\$)	Gasto/PIB (%)	Formados	Custo egresso nominal (R\$)
2003	369.587,98	191.214.000,00	0,193	61	6.058,82
2004	366.079,82	185.961.080,00	0,197	79	4.633,92
2005	369.587,90	196.849.020,00	0,188	76	4.862,99
2006	307.032,56	209.824.530,00	0,146	114	2.693,27
2007	335.797,94	225.578.910,00*	0,149	122	2.752,44
2008	440.594,79	238.719.290,00*	0,185	99	4.450,45
Total nominal	2.188.736,43	783.848.630,00	0,176	551	3.972,30
Total real	1.273.406,86**	456.043.313,29**			2.311,08

(*) Valores estimados.

(**) Valores reais deflacionados com base do acumulado do IPCA de 2003 a 2008 conforme taxa acumulada de 41,82%.

FONTE: Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul (2009)

Por meio da Tabela 23, observa-se que o Governo Municipal de Laranjeiras gastou em média R\$ 364.780,17 por ano em valores nominais no campus avançado do município e R\$ 212.229,10 em valores reais, o que representou um investimento médio anual de 0,18% do PIB. Enquanto o Produto Interno Bruto de Laranjeiras do Sul cresceu, no período 2003-2008, 24,84%, o gasto com Ensino Superior aumentou

19,21% no mesmo período, ou seja, para cada 1% de aumento no gasto houve impacto de 0,77% na variação do PIB.

Analisando a evolução do número de formados por ano, no período de 2003 a 2008, verificou-se que o custo-egresso médio nominal anual foi de R\$ 3.972,30, e o custo real foi de R\$ 2.311,08 o que totalizou para o Município de Laranjeiras do Sul o custo nominal de R\$ 15.889,20 e custo real de R\$ 9.244,37 para um aluno regular que conseguiu se formar em 4 anos.

O retorno da educação, tanto de Pitanga quanto de Laranjeiras do Sul, mesmo que inferior à média nacional, possibilitou, juntamente com outros fatores, um incremento nos indicadores de crescimento e de desenvolvimento.

No caso do PIB, o crescimento, no período de 2003 a 2008, foi 10,03% para Pitanga e 24,84% para Laranjeiras do Sul. O mesmo aconteceu com o indicador de desenvolvimento municipal de Pitanga, que evoluiu 6,37%, e o de Laranjeiras do Sul, 6,67%, para os quais o “efeito educação” foi responsável por 56,34% e 44,37%, respectivamente, no incremento do desenvolvimento municipal, medido pelo IFD-M, associado aos efeitos da melhoria na saúde e no emprego e renda.

Se analisada a relação entre o gasto que os respectivos municípios fizeram no Ensino Superior e o crescimento do PIB, por meio de uma medida de sensibilidade, verificar-se-á que, no caso de Pitanga, para cada 1% de aumento no gasto municipal com o Campus Avançado da Unicentro houve um impacto de 0,29% no PIB; e, para Laranjeiras do Sul, o impacto foi da ordem de 1% no gasto para 1,25% no crescimento no PIB.

6 CONCLUSÃO

Ao concluir esta dissertação, cujo objetivo foi o de analisar se os investimentos públicos em Ensino Superior nos campi avançados da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro, daqui para adiante) – instalados nos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, se converteram em melhoria nos rendimentos dos indivíduos egressos dos cursos ofertados, ressalta-se que o incremento na renda salarial, por ano adicional de estudo, foi de 6,12% e de 9,42%, para Pitanga e para Laranjeiras do Sul, respectivamente. Acrescenta-se que, de forma geral, o egresso que levou 4 anos de forma regular para se formar obteve um incremento de 42,16% decorrente do Ensino Superior em relação aos não-ingressantes.

No tocante à comparação entre não-ingressantes e egressos do Ensino Superior, o incremento na média de rendas salariais foi 79,70%, ou seja, uma melhoria na renda salarial de R\$ 698,72. A renda salarial máxima do egresso representou duas vezes a renda do não-ingressante. O padrão escalar de renda também apresentou um incremento de 40% para os egressos em relação aos não-ingressantes.

Ao relacionar a renda salarial com os anos de estudos numa razão matemática da variação absoluta da renda com a variação dos anos de estudo, entre os não-ingressantes e egressos, infere-se que para cada ano a mais de estudo os indivíduos dos municípios de Pitanga e de Laranjeiras do Sul, ganham 20% a mais, ou seja, um incremento de R\$ 139,74. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV daqui para adiante, 2008), a média salarial sobe de R\$ 392,14 para R\$ 4.454,69 na comparação entre trabalhadores não-qualificados e qualificados, sendo que a média da taxa de ocupação para as pessoas que nunca estudaram é de 59% e 90% para pessoas com 18 anos de estudo. Ainda segundo a FGV (2008), quem completou o ensino fundamental tem 35% a mais de chances de ocupação que um analfabeto; o número sobe para 122% na comparação com alguém que tenha o ensino médio, 387% com ensino superior e 522% para quem tem pós-graduação. No caso dos referidos municípios, a taxa de ocupação foi de 90% para os egressos e 84% para os não-ingressantes.

Importante ressaltar que essa consideração tem valor verdadeiro quando se trata de ciclos completos de estudos, o que no caso da graduação equivale, em média, a 15 anos de estudo regular – sem reprovações. O Modelo Minceriano em sua abordagem direta considera apenas anos de estudo, sem realizar essa distinção de ciclos.

No contexto socioeconômico, os indicadores analisados mostraram melhoria das condições de desenvolvimento e de crescimento dos municípios pesquisados, a partir da instalação dos campi avançados, por meio da contrapartida dos governos municipais, os quais têm investido anualmente, em média, de R\$ 150.000,00 a R\$ 200.000,00 no Ensino Superior.

Contudo, dada a dificuldade de se trabalhar com um espelho amostral maior em virtude da ausência de um cadastro completo e centralizado de informações acerca de egressos da Unicentro, particularmente no que tange à lista acurada de endereçamento eletrônico desses ex-alunos, as inferências ficaram restritas a 2 dos 4 municípios onde a Unicentro tem campus avançado.

Além disso, destaque-se a limitação de natureza conceitual do modelo aplicado que, apesar de amplamente aceito e utilizado, ainda desperta discussões teóricas em relação aos vieses. Willie e Rezende (2006), por exemplo, apontam que as tentativas de obter soluções fechadas para o problema da mensuração dos retornos da educação não têm obtido sucesso, pois, muitos fatores importantes para explicar o retorno educacional são usualmente ignorados. Entre esses fatores, são destacados pelos autores os custos diretos e indiretos para adquirir educação, a estrutura de tributação, a duração da vida profissional e a incerteza sobre retornos futuros por ocasião da decisão educacional.

Ainda, ao assumir que a taxa média de retorno da educação formal não varia entre indivíduos, o modelo também negligencia as diferenças de habilidade individual entre as pessoas, de modo a supor que as habilidades naturais das pessoas não afetam seu rendimento escolar ou profissional, o que se sabe, empiricamente, não ser verdadeiro. A ausência dessa consideração provavelmente “empurra” os resultados do coeficiente “educação” para cima. O próprio resultado obtido no parâmetro R^2 do modelo minceriano aplicado a esta pesquisa indica que educação e experiência, juntas, explicam aproximadamente 27% da renda dos entrevistados. Ou seja, mais de 70% da renda desses indivíduos têm a renda explicada por outros fatores, presentes no termo residual.

Como sugestão de continuidade desta pesquisa, indica-se a ampliação do espelho amostral para os demais campi da Unicentro, bem como a inserção, no modelo de Mincer, de uma variável *dummy* para investigar a diferença de retorno por gênero ou por área de estudo, verificando, por exemplo, eventuais discrepâncias de taxas de retorno obtidas entre os egressos dos vários cursos ou entre egressos de bacharelado e licenciatura, além da estimação da taxa decrescente do retorno da educação.

Nas economias desenvolvidas, as universidades se veem envolvidas com novos atores e precisam encontrar novos papéis no processo de desenvolvimento das regiões onde atuam. Conhecimento, trabalho e condições socioeconômicas adequados são essenciais para o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, as universidades precisam manter um intenso diálogo com as comunidades onde estão inseridas.

Assim sendo, acredita-se que os apontamentos desta pesquisa poderão ser úteis aos governos municipais da região e à própria Unicentro para avaliação das ações já realizadas, bem como para discussão de novas políticas e de novas formas de expansão do Ensino Superior.

Complementarmente, o estudo ora apresentado também pode gerar resultados à sociedade acadêmica e à comunidade científica, além de oferecer pontos capazes de contribuir para com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas à área de conhecimento aqui abordada. As análises apresentadas poderão auxiliar na avaliação e na organização de projetos de expansão do Ensino Superior, como o modelo descrito neste trabalho ou a partir de adaptações e melhoramentos das práticas adotadas no formato dos campi avançados da Unicentro. É fato que a expansão do Ensino Superior tende a contribuir decisivamente para com a transformação da realidade sócio-político-econômica de modo a somar esforços na construção de uma sociedade mais justa socialmente e mais eficaz economicamente.

Em acordo com o que se evidenciou nesta pesquisa, o processo de expansão do ensino através dos campi avançados da Unicentro tem contribuído positivamente para melhoria dos rendimentos e, conseqüentemente, das condições socioeconômicas dos indivíduos atendidos pelo projeto, o que justifica os investimentos realizados em torno de sua constituição e de seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

BARBOSA FILHO, F. de H.; PESSÔA, S. Retorno da Educação no Brasil. **IPEA - Pesquisa e Planejamento Econômico – PPE**, vol. 38, n.1, abr. 2008. Disponível em: <<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/view/130/1024>>. Acesso em: 03/05/2009.

BILLI, M. Crescimento favorece pobres. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24/12/2006. Dinheiro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113347.shtml>>. Acesso em: 30/03/2009.

BLAUG, M. **Introdução à Economia da Educação**. Porto Alegre: Editora Globo, 1975.

BLUMENSCHHEIN Fernando. **Educação gera renda, que gera educação, que...** Fundação Getulio Vargas (2007). Disponível em: <<http://www.insightnet.com.br/brasilempre/numero08/m0708.htm>>. Acesso em: 11/04/2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARD, D. The causal effect of education on earnings. In: ASHENFELTER, O.; CARD, D. (Editors). **Handbook of Labor Economics**, Amsterdam, 1999, vol. 3A, p. 1801-1863.

CASTRO, M. H. G. de. **A educação para o século XXI**: o desafio da qualidade e da equidade. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1999.

CHAVES, A. L. L. Determinação dos rendimentos na região metropolitana de Porto Alegre: uma verificação empírica da Teoria do Capital Humano. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 1, 2002, Porto Alegre-RS, Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_chaves.pdf>. Acesso em: 25/03/2009.

CONSELHO NACIONAL DA EDUCAÇÃO (CNE). Disponível em: <portal.mec.gov.br/cne/>. Acesso em: 13/04/2009.

CRUZ, G. de C.; MENEZES, A. A. S. Administração de um Campus Periférico em uma Estrutura de Campus Único. In: ALMEIDA, M. **A universidade possível: experiência da gestão universitária**. São Paulo: Cultura Editora Associados, 2001.

DIRETORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU DA UNICENTRO. PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEP). Disponível em: <<http://www.posgraduacao/mestrado/>>. Acesso em: 25/04/2009.

EASTERLY, William R. **O Espetáculo do crescimento**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FIRJAN. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFD-M). Disponível em: <<http://ifdm.firjan.org.br/>>. Acesso em: 03/05/2009.

FRANÇA, G. N.; GASPARI, C. E.; LOUREIRO, P. R. de A. Relação entre Escolaridade e Renda no Brasil na década de 1990. In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA, 10, 2005, Fortaleza-CE. **Anais...**, Fortaleza: Banco do Nordeste, 2005. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/eventos/Forumbnb2005/docs/relacao_entre_escolaridade_renda_brasil.pdf>. Acesso em: 03/05/2009.

FREITAS U. R. P.; FREITAS, L. F. da S. Estimativa dos Determinantes do Rendimento na Região Metropolitana de Salvador: uma avaliação à luz da teoria do capital humano. **Revista Desenbahia**, Salvador, nº 8, março de 2008. Disponível em: <http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B7A68EE58-5A61-459D-8892-98FA839350C7%7D_Rev8_Cap%205.pdf>. Acesso em: 17/05/2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GUIMARÃES, J. F.; SILVA, D. F. C. da. Situação dos indivíduos com ensino médio no mercado de trabalho em Pernambuco. **Revista Novas Idéias**, Recife, vol.1, nº 1, p. 025-052, Janeiro-Junho de 2008. Disponível em: <<http://www.isead.com.br/isead/jpg/revista/Pagina-25-52.pdf>>. Acesso em: 15/05/2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso em: 21/04/2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 08/03/2009.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MATOS, O. C. de. **Econometria**. São Paulo: Atlas, 1997.

MENEZES-FILHO, N. A.. **A Evolução da Educação no Brasil e seu Impacto no Mercado de Trabalho**. Departamento de Economia . Universidade de São Paulo: Março de 2001. Disponível em < <http://www.anj.org.br/jornaleeducacao/biblioteca/publicacoes/A%20Evolucao%20da%20educacao%20no%20Brasil%20e%20seu%20impacto%20no%20Mercado%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 15/12/2008.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINCER, J. População e a força de trabalho no crescimento econômico. **Revista Brasileira de Economia**. São Paulo, vol. 29, nº 4, 1975.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 20/04/2009.

MORETTO, C. F. Função Minceriana de Determinação dos Rendimentos Individuais: uma aplicação do método de variáveis instrumentais. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, vol. 8, nº 15, p.47-65, 2000. Disponível em: <http://www.upf.br/cepeac/download/rev_n15_2000_art3.pdf>. Acesso em: 15/05/2009.

MOURA, R. L. de. Testando as hipóteses do modelo de mincer para o Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol.62, nº 4, Oct./Dec. 2008.

NERI, M. **O Retorno da Educação no Mercado de Trabalho**. Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV. 2006. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/simulador/quali2/Apresenta%C3%A7%C3%A3o/FGV_Pesquisa_Returnos_da_Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20/02/2009.

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DA UNICENTRO. Disponível em: <<http://web03.unicentro.br/especializacao/>>. Acesso em: 25/04/2009.

PAULA, I. V. **A situação do ensino superior e sua relação com o desenvolvimento econômico do Brasil**. Administradores.com.br. 20 fev. 2005. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/a_situacao_do_ensino_superior_e_sua_relacao_com_o_desenvolvimento_economico_do_brasil/10516/>. Acesso em: 17/05/2009.

PEREIRA, D. J. de S.. **Diferenças de escolaridade e rendimento no trabalho nas regiões nordeste e sudeste do Brasil** — Dissertação de Mestrado (ESALQ), Piracicaba: 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-02082004-160814/>>. Acesso em: 03/05/2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil 2004**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 30/04/2009.

RESENDE, M.; WYLLIE, R. Retornos para educação no Brasil: evidências empíricas adicionais. **Economia Aplicada**. São Paulo, vol. 10, nº 3, p. 349-365, Julho-Setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n3/a03v10n3.pdf>>. Acesso em: 15/05/2009.

SALVATO, M. A.; SILVA, D. G. **O impacto da educação nos rendimentos do trabalhador: uma análise para região metropolitana de belo horizonte**. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A070.pdf>. Acesso em: 15/05/2009.

SCHWARTZMAN, S. **O Ensino Superior no Brasil: A busca por alternativas**. VII Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, 15 de maio de 1996. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/alternat.htm>>. Acesso em: 13/03/2009.

SENNA, J. J. Escolaridade, experiência no trabalho e salários no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, vol.30, n.2, p. 163-193, abr./jun. 1976.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, N. de J. de; OLIVEIRA, J. C. de. Relações entre geração de conhecimento e desenvolvimento econômico. **Revista Análise**. Porto Alegre, vol. 17 n. 2, p. 211-223, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/304/241>>. Acesso em: 25/05/2009.

STEFANO, S. R. *et al.* Os egressos no curso de Administração e sua formação empreendedora. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 2., 2001, Londrina. **Anais...** Londrina: Egepe, 2001, vol. 1, p. 253-65.

UNICENTRO. Coordenadoria de Convênios e Capitação de Recursos (COORCAP/UNICENTRO). Disponível em: <<http://www.coorcap/>>. Acesso em: 27/04/ 2009.

UNICENTRO. Coordenadoria de Processos Seletivos da Unicentro (Coorps). Disponível em: <<http://www.unicentro.br/vestibular/#>>. Acesso em: 26/04/ 2009.

UNICENTRO. Diretoria de Cursos Sequenciais da Pró-Reitoria de Ensino da Unicentro. Disponível em: <<http://www.unicentro.br/cursossequenciais/>>. Acesso em: 26/04/2009.

VIEIRA, C. da R.; ALBERT, C. E.; BAGOLIN, I. P. **Crescimento e Desenvolvimento Econômico no Brasil: Uma Análise Comparativa entre o PIB Per Capita e os Níveis Educacionais. Análise.** Porto Alegre, vol. 19, nº 1, p. 28-50 jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/2467/3213>>. Acesso em: 03/06/2009.

WALTENBERG, F. D. **Teorias econômicas de oferta de educação:** evolução histórica, estado atual e perspectivas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 32, n.1, p. 117-136, jan./abr. 2006.

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa Família:** avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometria:** uma abordagem moderna. Thomson, 2006.

ANEXOS

MODELO MINCERIANO GERAL PARA NÃO INGRESSANTES E EGRESSOS DE PITANGA

Variável analisada: LNYPIG - RENDA SALARIAL

Variáveis do modelo e codificação usada

b(1): AE- ESTUDO
b(2): AX - EXPERIÊNCIA
b(3): AX2 - EXPERIENCIA2

Análise de variância

FV	GL	SQ	QM	Fc	Pr>Fc
Modelo	3	32.252108067	10.75070269	20.8996	0.0000
Erro	271	139.401786982	0.51439774		
Total corrigido	274	171.653895050			
Total não corrigido	13039,05375718				
Média	6.84036146	Raiz do QME	0.71721527		
R ²	0.18789034	R ² ajustado	0.17890019		
C.V. (%)	10.48504922				

Estimativas dos parâmetros

Variável	GL	Estimativa dos parâmetros	EP	t para H0: parâmetro = 0	Pr> t
b (0)	1	5.16742768948	0.223614408	23.108652715	0.0000
b (1)	1	0.08946181306	0.014610849	6.122971384	0.0000
b (2)	1	0.06765676874	0.018012141	3.756175897	0.0002
b (3)	1	-0.00109446571	0.000561997	-1.947458532	0.0525

Estimativas dos parâmetros padronizados

Variável	GL	Estimativa dos coeficientes de regressão padronizados
b (1)	1	0.36353658216
b (2)	1	0.64729891673
b (3)	1	-0.34224821834

MODELO MINCERIANO GERAL PARA NÃO INGRESSANTES E EGRESSOS DE LARANJEIRAS DO SUL

 Variável analisada: LNYLSG

Variáveis do modelo e codificação usada

b(1): AE - ESTUDO
 b(2): AX - EXPERIÊNCIA
 b(3): AX2 - EXPERIÊNCIA2

Análise de variância

FV	GL	SQ	QM	Fc	Pr>Fc
Modelo	3	61.699904594	20.56663486	56.1573	0.0000
Erro	293	107.306193864	0.36623274		
Total corrigido	296	169.006098458			
Total não corrigido	13999	3898307918			
Média	6.82399799	Raiz do QME	0.60517166		
R ²	0.36507502	R ² ajustado	0.35857408		
C.V. (%)	8.86828609				

 Estimativas dos parâmetros

Variável	GL	Estimativa dos parâmetros	EP	t para H0: parâmetro = 0	Pr> t
b (0)	1	4.85317576652	0.166511120	29.146256197	0.0000
b (1)	1	0.10861901508	0.011523518	9.425855497	0.0000
b (2)	1	0.06542120574	0.013856350	4.721388224	0.0000
b (3)	1	-0.00080020266	0.000426012	-1.878356367	0.0613

 Estimativas dos parâmetros padronizados

Variável	GL	Estimativa dos coeficientes de regressão padronizados
b (1)	1	0.45963470349
b (2)	1	0.65620203424
b (3)	1	-0.26482386613

MODELO MINCERIANO GERAL PARA NÃO INGRESSANTES E EGRESSOS DE PITANGA E LARANJEIRAS DO SUL

Variável analisada: LNYPILSG - RENDA SALARIAL

Variáveis do modelo e codificação usada

b(1): AE - ESTUDO
b(2): AX - EXPERIÊNCIA
b(3): AX2 - EXPERIÊNCIA2

Análise de variância

FV	GL	SQ	QM	Fc	Pr>Fc
Modelo	3	93.141934478	31.04731149	71.2358	0.0000
Erro	568	247.556289180	0.43583854		
Total corrigido	571	340.698223658			
Total não corrigido	27038	4435081093			
Média	6.83186504	Raiz do QME	0.66018069		
R ²	0.27338544	R ² ajustado	0.26954769		
C.V.(%)	9.66325713				

Estimativas dos parâmetros

Variável	GL	Estimativa dos parâmetros	EP	t para H0: parâmetro = 0	Pr> t
b (0)	1	4.99044270491	0.135582506	36.807423337	0.0000
b (1)	1	0.10017516463	0.009117656	10.986943281	0.0000
b (2)	1	0.06692388480	0.011136500	6.009417857	0.0000
b (3)	1	-0.00093896061	0.000345339	-2.718954079	0.0067

Estimativas dos parâmetros padronizados

Variável	GL	Estimativa dos coeficientes de regressão padronizados
b (1)	1	0.41567477131
b (2)	1	0.65580968825
b (3)	1	-0.30222101042

APÉNDICES

APENDICE I
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, UFPR
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
 PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 PESQUISA DE CAMPO JUNTO A EGRESSOS DE CURSO SUPERIOR
IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Q0: Identifique o Curso Superior que você concluiu na UNICENTRO

	AL	Administração – Laranjeiras do Sul
	AP	Administração – Pitanga
	CL	Ciências Contábeis – Lar. do Sul
	CP	Ciências Contábeis – Pitanga
	HP	História – Pitanga
	LL	Letras – Laranjeiras do Sul
	PL	Pedagogia – Laranjeiras do SUL
	PP	Pedagogia – Pitanga

Q1: Quantos anos estudos até o momento:

--

Q2: Identifique-se quanto ao gênero.

() 0. MASCULINO () 1. FEMININO

Q3. Quando concluiu o Curso Superior.

	2003		2004
	2005		2006
	2007		2008

Q4. Identifique a idade:

	1.	De 16 a 20 anos
	2.	De 21 a 25 anos
	3.	De 26 a 30 anos
	4.	De 31 a 35 anos
	5.	De 36 a 40 anos
	6.	Mais de 40 anos

Q5. Quando você iniciou o Curso Superior qual o seu nível de empregabilidade.

	1.	Desempregada(o)
	2.	Trabalho sem CTPS assinada
	3.	Autônoma(o)
	4.	Estagiária(o)
	5.	Aposentada(o)/Pensionista
	6.	Trabalho com CTPS assinada
	7.	Profissional liberal/ Empresária(o)

Q6. Como egresso de Curso Superior qual o nível de empregabilidade.

	1.	Desempregada(o)
	2.	Trabalho sem CTPS assinada
	3.	Autônoma(o)
	4.	Estagiária(o)
	5.	Aposentada(o)/Pensionista
	6.	Trabalho com CTPS assinada
	7.	Profissional liberal/Empresária(o)

Q7: Quantos anos de trabalho até o momento:

--

Q8. Qual era o seu nível de renda ao ingressar no Curso Superior.

	1.	Não tenho renda
	2.	De zero a R\$ 250,00
	3.	De R\$ 251,00 a R\$ 500,00
	4.	De R\$ 501,00 a R\$ 750,00
	5.	De R\$ 751,00 a R\$1000,00
	6.	De R\$ 1001,00 a R\$1250,00
	7.	De R\$ 1251,00 a R\$ 1500,00
	8.	De R\$ 1501,00 a R\$ 1750,00
	9.	De R\$ 1751,00 a R\$ 2000,00
	10.	De R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00
	11.	De R\$ 2501,00 a R\$2250,00
	12.	De R\$ 2251,00 a R\$ 2500,00
	13.	De R\$ 2501,00 a R\$ 2750,00
	14.	De R\$ 2751,00 a R\$ 3000,00
	15.	Mais que R4 3000,00

Q9. Qual o seu nível de renda como egresso de Curso Superior.

	1.	Não tenho renda
	2.	De zero a R\$ 250,00
	3.	De R\$ 251,00 a R\$ 500,00
	4.	De R\$ 501,00 a R\$ 750,00
	5.	De R\$ 751,00 a R\$1000,00
	6.	De R\$ 1001,00 a R\$1250,00
	7.	De R\$ 1251,00 a R\$ 1500,00
	8.	De R\$ 1501,00 a R\$ 1750,00
	9.	De R\$ 1751,00 a R\$ 2000,00
	10.	De R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00
	11.	De R\$ 2501,00 a R\$2250,00
	12.	De R\$ 2251,00 a R\$ 2500,00
	13.	De R\$ 2501,00 a R\$ 2750,00
	14.	De R\$ 2751,00 a R\$ 3000,00
	15.	Mais que R4 3000,00

Q10: Qual a renda no momento:

--

Q11: Qual o tipo de moradia que você habitava quando ingressou no Curso Superior:

	1.	Casa alugada
	2.	Morava com os pais
	3.	Pensão ou hotel
	4.	Casa própria

Q12: Qual o tipo de moradia que você dispõe como egresso no Curso de Superior:

	1.	Casa alugada
	2.	Mora com os pais
	3.	Pensão ou hotel
	4.	Casa própria

Q13: Qual era a sua realidade em termos de acesso a condições de saúde quando ingressou no Curso Superior:

	1.	Dependia do SUS
	2.	Dependia de outros Planos Públicos
	3.	Tinha Plano de Saúde Privado

Q14: Qual é a sua realidade em termos de acesso a condições de saúde como egresso de Curso Superior:

	1.	Dependo do SUS
	2.	Dependo de outros Planos Públicos
	3.	Tenho Plano de Saúde Privado

Q15: Como você caracteriza a qualidade de vida que tinha quando você ingressou no Curso Superior:

	1.	Insuficiente
	2.	Suficiente, com restrições.
	3.	Suficiente, sem restrições.

Q16: Como você caracteriza a qualidade de vida que você desfruta após concluir o Curso Superior:

	1.	Insuficiente
	2.	Suficiente, com restrições
	3.	Suficiente, sem restrições

Q17. Quando você ingressou no Curso Superior qual dos bens abaixo você não dispunha mas gostaria de ter.

	1.	Celular
	2.	Ar condicionado
	3.	Microcomputador
	4.	Tinha todos

Q18. Após concluir o Curso Superior você conseguiu adquirir qual dos bens de consumo abaixo:

	1.	Nenhum, porque faltou recurso.
	2.	Celular
	3.	Ar condicionado
	4.	Microcomputador

Q19. Ao ingressar no Curso Superior, qual meio de transporte você utilizava:

	1.	Andava a pé
	2.	Bicicleta
	3.	Carona
	4.	Transporte coletivo
	5.	Carro próprio

Q20. Como egresso de Curso Superior, qual meio de transporte você utiliza:

	1.	Ando a pé
	2.	Bicicleta
	3.	Carona
	4.	Transporte coletivo
	5.	Carro próprio

Q21. Quando você ingressou no Curso Superior, você tinha conta corrente bancária:

	1.	Não
	2.	Sim

Q22. Agora, após concluir o Curso Superior, você tem conta corrente bancária:

	1.	Não
	2.	Sim

Q23. Quando você ingressou no Curso Superior qual era o seu principal lazer:

	1.	Passear pelos parques e praças da cidade.
	2.	Navegar pela Internet
	3.	Assistir TV em casa.
	4.	Locar fitas de vídeo para assistir em casa.
	5.	Ler um livro, revista ou jornal.
	6.	Freqüentar baladas e lanchonetes, pelo menos 1 vez por semana.
	7.	Ir ao cinema, pelo menos 1 vez por semana
	8.	Freqüentar restaurantes, pelo menos 1 vez por semana.
	9.	Viajar pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano.
	10.	Viajar para fora do país, pelo menos 1 vez por ano.

Q24. Qual o seu principal lazer como egresso de Curso Superior.:

	1.	Passear pelos parques e praças da cidade.
	2.	Navegar pela Internet
	3.	Assistir TV em casa.
	4.	Locar fitas de vídeo para assistir em casa.
	5.	Ler um livro, revista ou jornal.
	6.	Freqüentar baladas e lanchonetes, pelo menos 1 vez por semana.
	7.	Ir ao cinema, pelo menos 1 vez por semana
	8.	Freqüentar restaurantes, pelo menos 1 vez por semana.
	9.	Viajar pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano.
	10.	Viajar para fora do país, pelo menos 1 vez por ano.

Q25. Aponte o nível de ganho que você obteve na sua condição socioeconômica ao concluir o Curso Superior. Para tanto, compare a sua condição como ingressante no Curso e depois como formado no referido Curso. Considere uma escala de 0% a 100%. Quanto mais próximo de 100%, melhores foram os ganhos.

	1.	0%, não houve nenhum ganho.
	2.	10%
	3.	20%
	4.	30%
	5.	40%
	6.	50%
	7.	60%
	8.	70%
	9.	80%
	10.	90%
	11.	100%.

APENDICE II
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, UFPR
 UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO
 PROGRAMA DE MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
 PESQUISA DE CAMPO JUNTO A NÃO PORTADORES DE CURSO SUPERIOR

1: Identifique o gênero.

() 0. MASCULINO () 1. FEMININO

Q2: Identifique o grau de escolaridade.

1.	Sem escolaridade formal
2.	Ensino Fundamental
3.	Ensino Médio
4.	Ensino Superior

Q3: Quantos anos estudos até o momento:

--

Q4. Identifique a idade:

1.	De 16 a 20 anos
2.	De 21 a 25 anos
3.	De 26 a 30 anos
4.	De 31 a 35 anos
5.	De 36 a 40 anos
6.	Mais de 40 anos

Q5. Qual o nível de empregabilidade.

1.	Desempregada(o)
2.	Trabalho sem CTPS assinada
3.	Autônoma(o)
4.	Estagiária(o)
5.	Aposentada(o)/Pensionista
6.	Trabalho com CTPS assinada
7.	Profissional liberal/ Empresária(o)

Q6: Quantos anos de trabalho até o momento:

--

Q7. Qual o nível de renda:

1.	Não tenho renda
2.	De zero a R\$ 250,00
3.	De R\$ 251,00 a R\$ 500,00
4.	De R\$ 501,00 a R\$ 750,00
5.	De R\$ 751,00 a R\$1000,00
6.	De R\$ 1001,00 a R\$1250,00
7.	De R\$ 1251,00 a R\$ 1500,00
8.	De R\$ 1501,00 a R\$ 1750,00
9.	De R\$ 1751,00 a R\$ 2000,00
10.	De R\$ 2001,00 a R\$ 2500,00
11.	De R\$ 2501,00 a R\$2250,00
12.	De R\$ 2251,00 a R\$ 2500,00
13.	De R\$ 2501,00 a R\$ 2750,00
14.	De R\$ 2751,00 a R\$ 3000,00
15.	Mais que R4 3000,00

Q8: Qual a renda no momento:

--

Q9: Qual o tipo de moradia que dispõe:

	1.	Casa alugada
	2.	Mora com os pais
	3.	Pensão ou hotel
	4.	Casa própria

Q10: Qual é a realidade em termos de acesso a condições de saúde:

	1.	Dependo do SUS
	2.	Dependo de outros Planos Públicos
	3.	Tenho Plano de Saúde Privado

Q11. Possui qual dos bens de consumo abaixo:

	1.	Nenhum, porque faltou recurso.
	2.	Celular
	3.	Ar condicionado
	4.	Microcomputador

Q12. Qual meio de transporte você utiliza:

	1.	Ando a pé
	2.	Bicicleta
	3.	Carona
	4.	Transporte coletivo
	5.	Carro próprio

Q13. Tem conta corrente bancária:

	1.	Não
	2.	Sim

Q14. Qual o seu principal lazer :

	1.	Passear pelos parques e praças da cidade.
	2.	Navegar pela Internet
	3.	Assistir TV em casa.
	4.	Locar fitas de vídeo para assistir em casa.
	5.	Ler um livro, revista ou jornal.
	6.	Freqüentar baladas e lanchonetes, pelo menos 1 vez por semana.
	7.	Ir ao cinema, pelo menos 1 vez por semana
	8.	Freqüentar restaurantes, pelo menos 1 vez por semana.
	9.	Viajar pelo Brasil a passeio, pelo menos 1 vez por ano.
	10.	Viajar para fora do país, pelo menos 1 vez por ano.